

CICLO DE ENTREVISTAS REMOTAS: Denis Castilho, Erminia Maricato, Rosa Moura, Gabriela Leandro, Joseli Silva, Maria Leidiana Mendes, coletivo BICI e Alexandre Polizel

Remote Interview Cycle: Denis Castilho, Erminia Maricato, Rosa Moura, Gabriela Leandro, Joseli Silva, Maria Leidiana Mendes, coletivo BICI and Alexandre Polizel

Ciclo de Entrevistas Remotas: Denis Castilho, Erminia Maricato, Rosa Moura, Gabriela Leandro, Joseli Silva, Maria Leidiana Mendes, coletivo BICI y Alexandre Polizel

Juliana Luquez*
Fernando Guimarães**

Resumo: Trata-se de uma série de entrevistas remotas concedidas por professores, pesquisadores e representantes da sociedade ao Grupo de Pesquisa *Dinâmicas Territoriais e Espaços Fronteiriços (DITEFRON/UEMS)*, entre os meses de junho e dezembro de 2020. O contexto é a pandemia de Sars-Cov-2. A motivação é a continuação do debate acadêmico, de interesse público e com compromisso de formação crítica. O resultado dessa iniciativa nos impulsionou a divulgação.

Palavras-chave: Ciclo de Entrevistas Remotas, Pandemia, DITEFRON/UEMS.

Abstract: This is a series of remote interviews given by professors, researchers, and representatives of society to the Research Group on *Territorial Dynamics and Border Spaces (DITEFRON/UEMS)*, between the months of June and December 2020. The context is the SARS pandemic. -Cov-2. The

Algumas palavras dos autores

O Ciclo de Entrevistas Remotas¹ foi realizado entre os meses de junho e dezembro de 2020 como iniciativa do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais e Espaços Fronteiriços (DITEFRON), no âmbito do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Jardim). Sob a coordenação de Juliana Luquez e Fernando Guimarães e com o apoio técnico de Luiz Felipe Rodrigues, a iniciativa buscou contribuir com o debate acadêmico diante das limitações impostas pelo contexto pandêmico e das

* Doutora em Geografia Humana. Docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG). E-mail: julianaluquez@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8761-9556>.

** Doutor em Educação. Docente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (UEMS/Paranaíba) e às Coordenações dos Cursos de Geografia e Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/*Campus* Jardim). E-mail: fernando.oliveira@uems.br.

¹ Publicado originalmente na página eletrônica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

motivation is the continuation of the academic debate, of public interest and with a commitment to critical training. The result of this initiative boosted our disclosure.

Keywords: Remote Interview Cycle, Pandemic, DITEFRON/UEMS.

Resumen: Se trata de una serie de entrevistas a distancia concedidas por profesores, investigadores y representantes de la sociedad al Grupo de Investigación en *Dinámicas Territoriales y Espacios Fronterizos* (DITEFRON/UEMS), entre los meses de junio y diciembre de 2020. El contexto es la pandemia de SARS-Cov-2. La motivación es la continuación del debate académico, de interés público y con compromiso con la formación crítica. El resultado de esta iniciativa impulsó nuestra divulgación.

Palabras clave: Ciclo de Entrevista Remotas, Pandemia, DITEFRON/UEMS.



possibilidades da comunicação virtual, única ferramenta disponível para conectar docentes, discentes, pesquisadores, lideranças e os demais membros da sociedade às pautas de interesse público e de potencial formativo crítico – não sem prejuízos!

Aqui, apresentamos oito rodadas de conversas com nomes renomados, promissores e membros de coletivos sociais que nos ofereceram reflexões contundentes sobre temas urgentes e escancarados no contexto pandêmico. Denis Castilho (I) abre as rodadas em uma conversa sobre a perspectiva geográfica da pandemia de Sars-Cov-2. Em seguida, Erminia Maricato (II) fala sobre as cidades, a pandemia e a coronacrise! A terceira rodada teve Rosa Moura (III) refletindo sobre a pandemia e suas implicações nos territórios fronteiriços.

Em uma abordagem decolonial e a partir de uma perspectiva interseccional, Gabriela Leandro (IV) e Joseli Silva (V) participaram das rodadas quatro e cinco, respectivamente. Leandro apresenta elementos importantes para pensar as cidades, o espaço e as relações raciais. Silva aborda questões de gênero e sexualidade para a análise espacial.

Da sexta rodada participa o coletivo BICI nos Planos de Campo Grande (VI), uma organização que representa os ciclistas no âmbito do tema mobilidade urbana no estado de Mato Grosso do Sul. Pelo seu engajamento o BICI foi convidado para falar sobre mobilidade ativa em tempos de pandemia.

A rodada sete contou com a participação da pesquisadora Maria Leidiana Mendes (VII) que reivindica o tema da fome na pauta mais urgente frente aos desafios da pandemia para as populações urbanas mais vulneráveis. Fechando o ciclo, o convidado da oitava rodada é Alexandre Polizel (VIII). Polizel fala sobre a educação democrática e a liberdade de ensinar frente ao obscurantismo e aos movimentos ultraneconservadores.

Esperamos que leitoras e leitores sejam encorajados pela força da argumentação dos entrevistados a fortalecer o debate acadêmico e a atuar nos diferentes grupos sociais com foco nos temas aqui apresentados. Boa leitora à todas, todas e todos!

I. ENTREVISTA com DENIS CASTILHO²

PERSPECTIVA GEOGRAFIA DA PANDEMIA

Roteiro, revisão e adaptação de *Juliana Luquez*³

Denis Castilho é doutor em Geografia, professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Redes e Produção do Território (GéTER). Castilho também é o editor-chefe da revista *Ateliê Geográfico* e tem se dedicado a estudar e pesquisar temas como modernização, redes técnicas e produção do território.

DITEFRON – Professor Denis, boa tarde! É um grande prazer para nós do DITEFRON a oportunidade deste diálogo. Como está sendo esse momento para o você enquanto professor e pesquisador?

DENIS – Um momento que desafia nossa capacidade de entender a rapidez das transformações. Compreender esse turbilhão é um desafio complexo porque o movimento do mundo, da vida e dos acontecimentos é sempre mais rápido do que nossa capacidade de prevê-lo. Mesmo assim, é fundamental que o professor fale, se posicione e problematize esse movimento. Em tempos de propagação de falsas notícias, o exercício da reflexão se torna profundamente necessário.

² Publicada originalmente na página eletrônica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em: 15/06/2020.

³ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG).

DITEFRON – Em recente artigo, o você defendeu que a pandemia tem uma dimensão global e uma escala urbana. É possível afirmar, então, que a pandemia do novo Coronavírus pode revelar mais do modo de organização da sociedade do que das causas naturais de sua deflagração, em si?

DENIS – Sim. Apesar de sua característica genética e do modo como um conjunto de fatores possibilitou o surgimento do Sars-CoV-2, o vírus também carrega a insígnia de nosso tempo, das redes e dos diferentes espaços por onde tem se disseminado de maneira tão rápida e, em muitos casos, tão dramática. É um vírus que deixa ainda mais evidente o tipo de sociedade que o gestou, ao mesmo tempo que escancara a incapacidade dessa mesma sociedade de enfrentar a pandemia. Se, por um lado, a difusão do vírus revela os principais fluxos da economia globalizada, por outro também revela a patente estrutura degradante da urbe contemporânea. A ausência de cobertura de serviços de saúde e de infraestruturas básicas como saneamento, é apenas um dos sintomas do drama. O modo como o vírus alcança tanto as periferias das cidades como as diferentes porções do território, também revela um problema muito anterior à pandemia, mas que, ao se defrontar com situações como essa, expõe ainda mais as fraturas e as contradições da sociedade moderna.

DITEFRON – No Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul tem o menor número de casos e óbitos de acordo com os dados oficiais do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde. É também um dos estados com o menor índice de isolamento social, medida apontada e defendida por autoridades sanitárias como uma das mais eficientes na contenção do contágio enquanto não temos uma vacina. Você acredita que a dinâmica territorial e a rede urbana ainda muito rarefeita, apesar da produção e circulação voltados para o mercado externo, estejam influenciando na velocidade de propagação do vírus, diferentemente do que temos visto em área metropolitanas em diversos pontos do território brasileiro?

DENIS – A difusão do vírus realmente guarda estreita relação com os principais eixos e fluxos de circulação, seja na escala planetária, seja nas escalas do cotidiano. Contudo, é importante sublinhar que essa configuração é momentânea. No caso do estado de Mato Grosso do Sul, o modo como a sua rede urbana está estruturada – especialmente como está articulada com outras redes do país – realmente não deixa de influenciar os números atuais da doença. Mas é importante ponderar este dado porque o sistema de funcionamento das redes não obedece aquela tradicional hierarquia, bastando mencionar os circuitos de produção e de circulação do estado, já mencionados na pergunta. A ausência de medidas de prevenção ou a baixa taxa

de afastamento social pode resultar em um crescimento explosivo de casos. Isso aconteceu em diversas cidades do mundo onde o poder de difusão do vírus foi subestimado. Em todos os casos, não se pode desconsiderar as subnotificações e as medidas que cada cidade vem adotando (ou deixando de adotar), a exemplo de decretos, operações emergenciais, suspensão de atividades e adoção de medidas de biossegurança. A despeito disso, a explicação a esta questão demandaria uma análise mais detalhada para cada região do estado.

DITEFRON – A mídia vem alimentando a expectativa de um “novo normal”. Você acredita que esse “novo” será suficiente para promover uma descontinuidade na manutenção das desigualdades e no atual padrão de acumulação?

DENIS – Não acredito. O que se anuncia é justamente o inverso. Um dado que já apresenta crescimento e que tende a aumentar é justamente o da quantidade de novos pobres. Em países africanos e latinos, sobretudo, o resultado da pandemia será pior. Na escala da geopolítica, as corporações, com seu oportunismo de sempre, farão ainda mais pressão aos Estados. O sistema de pilhagem, de espoliação e de acesso aos ativos públicos, além de aumentar, influenciará uma escalada totalitária em diversos países, a exemplo do Brasil. O modo como isso se reverbera no cotidiano pode ser traduzido em uma sociedade de controle ainda mais eficiente. Soma-se a isso os novos padrões de exploração do trabalho e de relações pessoais, agora, mais do que nunca, mediados pelos sistemas de aplicativos e pela inteligência artificial. É por isso que o novo normal, por mais que apresente mudanças aparentes, trará o aperfeiçoamento de muito do que já é e está.

DITEFRON – Qual é o papel da Geografia na compreensão desse contexto e de uma potencial ruptura?

DENIS – A Geografia se torna uma ferramenta indispensável neste momento. Digo isso por dois motivos principais. **Primeiro**, pelo potencial de seus recursos teórico-conceituais e de seus recursos técnicos. A construção de estratégias demanda a compreensão dos territórios e do modo como as regiões, as redes e as cidades se articulam entre si. Impossível enfrentar uma pandemia como essa sem considerar a produção do espaço (seja na escala intra ou interurbana), as áreas prioritárias e a complexa trama dos fluxos, da circulação, das fronteiras etc. O mapeamento também se constitui como ferramenta indispensável tanto no conjunto das representações do movimento da pandemia como no sistema de monitoramento e de adoção de medidas preventivas. O **segundo** motivo tange o ensino e a prática docente. Além de problematizar o mundo a partir da pandemia e a pandemia a partir do mundo e dos lugares, é necessário criar artifícios de valorização da ciên-

cia e da pesquisa. A cultura da pesquisa e da produção de conhecimento deve ser trabalhada em todas as fases do ensino para que um absurdo como o que vemos neste momento, não seja admitido. O ataque que o próprio governo faz à ciência não deixa de evidenciar uma doença ainda pior do que a Covid-19, aquela que corrói gerações e que degrada um país inteiro. Por isso, apesar da complexidade do momento e da confusão que ele pode gerar, há uma potência que se desperta quando praticamos o diálogo, o questionamento, as trocas, a docência, o apoio e a reflexão. A ciência, a arte e o protagonismo, nesse sentido, se constituem como importantes instrumentos para iluminar a clarividência e a nossa capacidade de agir.

II. ENTREVISTA com ERMINIA MARICATO⁴

AS CIDADES E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Roteiro, revisão e adaptação de *Juliana Luquez*⁵

Erminia Maricato é professora aposentada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), pesquisadora acadêmica e ativista política, tendo ocupado cargos públicos na Prefeitura de São Paulo, onde foi Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1989-1992) e no Governo Federal, onde foi Secretária Executiva do Ministério das Cidades (2003-2005), pasta essa criada sob sua coordenação. Fundou, em 1997, o LABHAB (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP); coordenou o Curso de Pós-graduação da FAUUSP de 1998 a 2002; integra o Conselho de Pesquisa da USP desde 2007. Atualmente coordena, a nível nacional, um projeto para as cidades brasileiras que busca discutir e colaborar com pautas de políticas públicas e a agenda urbana, o BR Cidades.

DITEFRON – Professora Erminia, é um grande prazer para nós do DITEFRON a oportunidade deste diálogo. Para você enquanto professora, pesquisadora e ativista dos movimentos sociais urbanos, como está sendo esse momento?

ERMINIA – Creio que, como todo mundo, eu alterno momentos de perplexidade, momentos de angústia e momentos de otimismo. Perplexidade porque a situação parece ser surreal. Angústia porque trata-se de uma tragédia que inclui

⁴ Publicada originalmente na página eletrônica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em: 23/06/2020.

⁵ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG).

muito sofrimento e mortes ou ameaça de mortes. Otimismo porque a desigualdade territorial e urbana com a qual eu convivo, e a qual eu pesquiso há mais de 50 anos, finalmente, ganha visibilidade e desperta movimentos pró-cidadania e justiça social.

DITEFRON – Em recente artigo, você intitulou a crise urbana ampliada pelo contexto de pandemia do novo coronavírus de "coronacrise". Considerando, especialmente a questão habitacional nas cidades brasileiras, sua análise estabeleceu um paralelo entre a possível subnotificação dos casos de COVID-19 com os números subdimensionados de pessoas que vivem em favelas ou em outras formas precárias de reprodução social no Brasil. Como você observa os rumos da política urbana, sobretudo a questão habitacional, a partir da extinção do Ministério das Cidades?

ERMINIA – Vamos começar refletindo sobre o Ministério das Cidades. Confesso que esperava mais do Ministério das Cidades quando fiz parte da transição entre os governos FHC e Lula para elaborar a proposta de sua criação. Minha expectativa foi exagerada. Construímos uma estrutura ampla de participação social no Ministério: Conferências Municipais das Cidades com eleição de delegados; Conferências Estaduais com eleição de delegados e; finalmente, as Conferências Nacionais das Cidades que discutiam teses a serem enviadas ao Conselho Nacional das Cidades. Cabia a este Conselho definir diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Além dessa ação institucional avançamos muito na construção de um arcabouço legal que teve origem na Constituição Federal de 1988. No entanto as condições de vida urbana no Brasil não superaram as profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero. Com o boom imobiliário de 2009 a 2015 tivemos um movimento de especulação imobiliária que afetou as condições de moradia (especialmente devido ao aumento dos aluguéis) e transporte em quase todas as cidades do Brasil. Escrevi muito sobre isso a partir de 2011. A função social da propriedade, prevista na CF 88 e no arcabouço legal, não foi implementada. A dimensão da pobreza e da informalidade urbanas, a ausência do Estado e a violência nas periferias e áreas centrais ocupadas por cortiços permaneceram invisíveis até que a pandemia de COVID-19 evidenciasse que essa realidade era mais regra do que exceção. Considero que a melhor resposta à desigualdade urbana foi dada pelas “prefeituras democráticas” que constituíram o que eu chamo de “ciclo virtuoso” da política urbana no Brasil, especialmente, durante os anos 80 e 90. Penso que a questão urbana tem tudo a ver com o poder local, a democracia local e a participação direta. Assim, concordando com nossa Constituição Federal (da qual participei defendendo o Projeto de Iniciativa Popular de Reforma Urbana),

cabe ao governo Federal definir diretrizes de Política Urbana e ao município ou órgão de gestão metropolitana, a sua gestão. Com a pandemia percebemos que a ausência mais grave do atual governo federal não é a ausência de políticas urbana, de habitação, de saneamento e de mobilidade, apenas. Mas o mais grave é a falta de uma política concertada com governos municipais, estaduais, universidades, cientistas, profissionais e lideranças sociais para implementar a saúde da Família, prevista na estrutura do SUS. Uma proposta de estrutura capilar para levar o Estado, os recursos, o conhecimento, onde ele não está presente.

DITEFRON – Um projeto para as cidades brasileiras! Este é o propósito do BR Cidades. Como você e a equipe que contribuiu para a construção desse projeto vêm problematizando as cidades capturadas ou mesmo gestadas nas fronteiras de expansão do agronegócio – como é o caso das cidades do Cerrado, Pantanal e Amazônia?

ERMINIA – O Brasil é um país continental. Há uma profunda diversidade nas várias regiões e cidades: clima, recursos naturais, economia, sociedade, cultura, etc. O peso da tradição colonial empobrece o conhecimento sobre o Brasil real, inclusive nas universidades. Os modelos europeus e americanos ainda orientam parte da nossa produção técnica e teórica. O país mudou muito a partir dos anos 80 do século passado quando seu parque industrial, conquistado tão recentemente, de 1940 a 1980, começou a declinar. O agronegócio voltou a ganhar um papel hegemônico na economia e com isso mudou a ocupação do território e a orientação do crescimento urbano. A pressão sobre a terra rural, o meio ambiente e a terra urbana não se fizeram esperar. O “nó da terra”, como eu gosto de chamar, é muito evidente nas cidades do Norte e Centro-Oeste. Na rede BrCidades nós incentivamos grupos locais a formarem um núcleo, refletirem sobre suas cidades e elaborar propostas. Nós entendemos que o Brasil está diante de um novo ciclo histórico e que as cidades são fundamentais para a reconstrução da democracia brasileira. Há problemas que são gerais, nacionais e até internacionais, mas há problemas que são específicos. Nossa rede, composta de participantes voluntários está presente em 30 universidades, 16 estados da federação, e ainda conta com participantes de entidades profissionais representativas de arquitetos, engenheiros, advogados, assistentes sociais, médicos, geógrafos, entre outros. Para quem quiser conhecer a rede BrCidades, sugiro visitar o no nosso site www.brcidades.org.

DITEFRON – No Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul tem o menor número de casos e óbitos de acordo com os dados oficiais do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde. É também um dos estados com o menor índice

de isolamento social, medida apontada e defendida por autoridades sanitárias como uma das mais eficientes na contenção do contágio enquanto não temos uma vacina. Mediante esse cenário, as medidas de combate precisarão sempre ser revistas. Dessa forma, qual a importância de uma equipe interdisciplinar na construção de políticas urbanas que orientem a gestão das cidades durante e depois da pandemia?

ERMINIA – Pelo que fiquei sabendo a pandemia começa a chegar ao Centro-Oeste, mas, não sabemos qual vai ser seu caminho e tempo de vida. Considero muito importante o empoderamento de uma equipe interdisciplinar antes e depois da pandemia como já descrevi anteriormente. Sempre vivemos em bolhas disciplinares. É o momento de sair delas.

DITEFRON – Qual é o papel dos estudos urbanos na compreensão desse contexto e em uma potencial ruptura?

ERMINIA – Acho que temos de avançar muito no conhecimento da realidade regional, econômica, social, ambiental e urbana no Brasil. Há uma profunda desinformação em nossa sociedade sobre o ambiente natural ou construído no país. A mídia hegemônica mostra isso todos os dias. O racismo, a segregação, o patriarcalismo têm raízes profundas na ocupação do espaço rural e urbano. Essa tarefa é fundamental mesmo na perspectiva de uma potencial ruptura.

III. ENTREVISTA com ROSA MOURA⁶

A PANDEMIA E AS FRONTEIRAS

Roteiro, revisão e adaptação de *Luiz Felipe Rodrigues⁷* e *Juliana Luquez⁸*

Rosa Moura é doutora em Geografia, profissional sênior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pesquisadora do Observatório das Metrôpoles (INCT/CNPq), integra a Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII) e autora de livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais sobre os temas: desenvolvimento urbano e

⁶ Publicada originalmente na página eletrônica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em: 03/07/2020.

⁷ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente vinculado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Campus Jardim).

⁸ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG).

regional, fronteiras, planejamento e gestão urbana, rede urbana, urbanização e metropolização.

DITEFRON – Rosa, é um grande prazer para nós do DITEFRON a oportunidade desse diálogo. Como está sendo esse momento para você, enquanto pesquisadora?

ROSA – Estamos vivendo um momento crítico e inédito, pois representa a maior pandemia desde a gripe espanhola, no início do século passado, quando já ocorreram as dramáticas cenas que se repetem atualmente. É uma temporada de angústias, incertezas, medo e muita dor, particularmente para aqueles que sofrem perdas, que em grande parte poderiam ser evitadas. É também um momento revelador de previsões científicas, de confirmação de tendências econômicas e sociais e da exposição de posturas ideológicas, negacionistas e eugenistas – aquelas que se voltam a selecionar e descartar, ou entregar “ao destino”, os contingentes de pobres, idosos, negros, pardos, indígenas... Da mesma forma que os alertas sobre a ameaça de um vírus foram relegados, as análises sobre os efeitos da precarização do trabalho, sobre a imprescindibilidade da presença do Estado na garantia dos direitos sociais e na oferta de serviços essenciais foram pouco consideradas ou totalmente ignoradas por alguns governantes. A pandemia atingiu drasticamente os países que adotaram de forma mais intensa o modelo ultraliberal, confirmando que um sistema de saúde com atenção universalizada importa, que a autonomia na produção de medicamentos, equipamentos e conhecimento também importa, e que a proteção de segmentos vulneráveis, cada vez mais excluídos do direito ao trabalho com segurança e dos demais direitos sociais, importa mais ainda! Alguns pensadores e muitos cidadãos, desde há muito conscientes, vêm tecendo reflexões e tomando atitudes para motivar o repensar do modelo econômico e seus resultados, que tanto estão prejudicando a condução deste período pandêmico como anunciam um difícil retorno à normalidade.

DITEFRON – Em recente artigo, você analisa e discute o processo de metropolização e os espaços fronteiriços. Pensando a aceleração dos casos de contaminação e disseminação do vírus nas últimas semanas no estado de Mato Grosso do Sul e a reabertura da economia em metrópoles como São Paulo, que exerce forte influência na dinâmica econômica e nos fluxos comerciais no Centro-Oeste, podemos compreender a interiorização da COVID-19 como uma consequência territorial e variável dessa relação entre as metrópoles e os espaços fronteiriços?

ROSA – A propagação da pandemia e seus efeitos perversos agem em um território que é uma totalidade e que interage com outros territórios soberanos vizinhos.

Portanto, exigem ações coordenadas, articuladas nacionalmente e em diálogo internacional. Caso contrário, comprometem a efetividade de qualquer medida que venha a ser tomada. Quando foi divulgada a descoberta de um vírus com alto grau de contaminação e, mesmo com relativa baixa letalidade, uma elevadíssima capacidade de propagação de um processo infeccioso gravíssimo e que provoca efeitos colaterais e sequelas ainda não completamente conhecidos, o país de origem e seus vizinhos tomaram medidas imediatas, mas poucos foram os demais países que se preocuparam com ações para controle preventivo. No Brasil, sob alertas e orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Ministério da Saúde de então, organizado e consciente, e apoiado por um sistema único e público de saúde (o SUS), em finais de janeiro criou o Centro de Operações de Emergência (COE), para coordenar as ações para o enfrentamento da Covid-19. No entanto, a falta de consonância entre os gestores da crise nesse ministério e os interesses do Presidente da República, retardaram medidas urgentes, e aos poucos, o próprio ministério passou por um processo de desmonte inimaginável. O controle, o combate e o enfrentamento dos efeitos da pandemia no país, sem uma articulação nacional, ficaram ao encargo dos estados e municípios e sob pressão dos segmentos econômicos. Com isso, em vários estados e municípios medidas de flexibilização para retorno das atividades foram postas em prática quando as curvas de propagação do vírus ainda estavam em elevação, colocando em xeque a capacidade de atenção do sistema de saúde. A fraqueza ou a irresponsabilidade de uns levou ao acirramento da propagação em outros, que se mantinham mais rígidos ao exercício de controle. Os municípios do Centro-Oeste e do Sul estão passando agora pelos piores momentos da pandemia, muitos exatamente pela flexibilização de outras regiões do país. No caso do Mato Grosso do Sul, como também do norte do Paraná, a polarização por São Paulo é muito grande, e o mais recente estudo do IBGE sobre Regiões de Influência das Cidades (Regic), de 2018, mostra com clareza essas conexões. Mas não se percebem decisões regionais, tampouco conjuntas entre os governadores, os prefeitos e muito menos com o governo federal.

DITEFRON – As fronteiras do Paraguai com o Brasil, até o momento dessa entrevista, se mantêm fechadas. Mas sabemos das interdependências entre as cidades de fronteira, sobretudo, nos arranjos transfronteiriços. O que podemos vislumbrar no âmbito do planejamento territorial e acordos binacionais para esses espaços fronteiriços, considerando, especialmente as consequências socioeconômicas durante e pós pandemia?

ROSA – Volto ao Regic (2018), que também trata das conexões entre cidades da faixa de fronteira terrestre com cidades dos países vizinhos, sejam de longa

distância sejam transfronteiriças. É um avanço! No entanto, a dimensão transfronteiriça é pouco compreendida entre gestores, políticos, formuladores de políticas. O maior exemplo dessa desconsideração é o fechamento sumário das fronteiras, bloqueando as interações entre municípios de diferentes países, que configuram manchas contínuas de ocupação, e a realização de funções públicas de interesse comum, que sustentam as relações do cotidiano de seus moradores. Particularmente no Brasil, a autonomia dos municípios na estrutura do Estado já mostrou o quanto são difíceis o diálogo e a cooperação na gestão das aglomerações metropolitanas, o quanto se relega a real cidadania metropolitana daqueles que realizam o movimento pendular entre municípios para o trabalho e estudo, que garante a economia dessas áreas - uma cidadania de fato, porém não de direito, completamente desassistida! O mesmo se repete nos arranjos transfronteiriços, mas com um grau ainda maior de complexidade, pois a mercê de posturas de diferentes países, e em muitos casos, mais de dois! Pensando em tendências, não serão fáceis os necessários acordos binacionais, sejam voltados ao planejamento, à gestão ou à recuperação da economia, que até aqui se mostraram vulneráveis em sua eficácia a cada mudança de governos. Mas, ao se percorrer os vários arranjos transfronteiriços do país, percebem-se atitudes locais que fazem a diferença, como a interlocução entre prefeitos, a organização de movimentos bi e trinacionais de ONGs, a articulação internacional de segmentos sociais, acadêmicos. São formas de pressão, de conscientização, de demonstração de que existe uma dimensão que transcende o âmbito nacional e suas fronteiras e instaura um cotidiano de ricas interações, e uma cidadania transfronteiriça que merece ser respeitada em sua especificidade.

DITEFRON – Em decorrência das desigualdades de acesso à saúde, à educação, ao trabalho etc., nos diferentes lados da fronteira, muitas pessoas acessam esses serviços no país vizinho. Podemos citar, por exemplo, os alunos paraguaios que estão matriculados em escolas brasileiras. Nesse cenário que, de um lado, impôs o fechamento de fronteiras e, de outro, a pressão para a manutenção das atividades econômicas não essenciais, e ainda o constante número de casos e óbitos por COVID-19 no Brasil, como os órgãos de gestão dos territórios fronteiriços podem atuar para suprir as demandas que atravessam as fronteiras?

ROSA – Até o momento, as decisões articuladas estão sendo tomadas caso a caso, no entendimento entre as partes. Junto à equipe em que atuo no Ipea temos insistido na recomendação da criação de um comitê de acompanhamento à crise do novo coronavírus no qual participem a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), em articulação com os núcleos esta-

duais de fronteira, além da implementação de medidas cooperadas com os países vizinhos, estados e municípios fronteiriços, e da instituição de um protocolo de enfrentamento de crises, respeitando as características e especificidades das fronteiras terrestre e litorânea. Reforço a importância dessas ações, pois prevejo que outras crises estão por vir, sejam novas pandemias, ou novas ondas e mutações desta, sejam diásporas ou grandes fluxos internacionais de migrantes, além dos impactos de mudanças climáticas, como já temos sentido. E essas previsões se articulam, se projetam entre si.

DITEFRON – A respeito dos grupos sociais vulneráveis que possuem suas formas de sustento e suas territorialidades vinculadas ao deslocamento transfronteiriço, como trabalhadoras/es informais e populações indígenas, é possível pensar que a pandemia tende a redefinir essas dinâmicas socioespaciais? E que medidas seriam necessárias para atender esses grupos durante o contexto de emergência sanitária?

ROSA – Há muita expectativa no que se refere a mudanças de comportamentos, de dinâmicas, com revalorização do Estado, consolidação de solidariedades etc. Sou um pouco cética de que se redesenhem caminhos mais democráticos e mais inclusivos, mas não desisto em minha luta pelo alargamento de qualquer brecha que ilumine esses caminhos e assegurem os direitos desses segmentos sociais. Repetirei incansavelmente a defesa pelo reconhecimento e respeito à dimensão da cidadania transfronteiriça, pois interações dessa ordem tendem a se tornar cada vez mais intensas e presentes nos vários pontos das fronteiras nacionais. Especificamente no caso dos indígenas, considerando seus direitos e sua baixa imunidade, a principal medida a ser tomada no atual contexto é conter imediatamente o avanço do garimpo ilegal, dos desmatamentos e da grilagem sobre suas terras. Em se mantendo os desregramentos ambientais e se desautorizando a fiscalização e punição aos que avançam sobre as terras indígenas, nenhuma medida sanitária surtirá efeito, e essa população estará cada vez mais sob ameaça de um etnocídio.

IV. ENTREVISTA com GABRIELA LEANDRO⁹

AS EXPRESSÕES ESPACIAIS DAS RELAÇÕES RACIAIS

Roteiro, revisão e adaptação de *Juliana Luquez*¹⁰

Gabriela Leandro é professora dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É integrante do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, no qual coordena o projeto Corpo, Discurso e Território. Sua tese de doutorado, intitulada "Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus", foi premiada em 2017 pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e incorpora a questão racial às discussões de gênero e do urbano a partir dos escritos de Carolina Maria de Jesus.

DITEFRON – Gabriela, é prazer para nós a oportunidade desse diálogo. Como você está atravessando esse momento excepcional?

GABRIELA – Novos arranjos tecnológicos, domésticos, acadêmicos têm afetado sobremaneira a gerência do tempo no cotidiano. Estou tentando entender a dinâmica desse novo momento, seus termos, conciliando preocupações com reflexões etc.

DITEFRON – Dados da Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde apontaram que o vírus é mais letal entre a população negra. O que a pandemia escancarou em relação a reprodução social de negras e negros no Brasil?

GABRIELA – A pandemia da COVID-19 que, inicialmente, foi até apressadamente difundida como democrática, foi aos poucos reafirmando as desiguais condições de habitabilidade da população negra na cidade. Em sociedades multirraciais, pós-coloniais e fundadas no escravismo, como a nossa, o dispositivo da racialidade - como elabora a filósofa Sueli Carneiro - é mobilizado produzindo políticas de vida e morte, nas quais a negritude está inscrita sob o signo da morte, enquanto a branquitude sob o signo da vitalidade. A negligência com a vida negra é uma das formas como a política de morte opera. Negligência do Estado em fornecer infraestrutura adequada (acesso à saneamento básico, água, esgoto), em prover equipamentos e serviços públicos nos territórios periféricos, que são territórios majoritariamente negros, nas condições sucateadas de acesso à mobilidade urbana

⁹ Publicada originalmente na página eletrônica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 14/07/2020.

¹⁰ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG).

e no direito à moradia nunca efetivado. Enfim, é a população negra que arca com a maior parte do ônus dessa situação atual.

DITEFRON – A COVID-19 parece que deixou a casa grande e se instalou na senzala. O novo coronavírus ainda circula intensamente nas periferias urbanas e interioranas do território brasileiro. Mas, paralelamente, as medidas de isolamento foram relaxadas e o convite às ruas está feito. A população negra continuará ainda mais exposta. Como a leitura do espaço da cidade pode revelar as condições de vida e morte de grupos atingidos pela precariedade?

GABRIELA – Boa parte da população negra nunca saiu das ruas. Seja porque ocupa postos de trabalhos precários, mas que são essenciais para a engrenagem urbana funcionar, seja porque o Estado falha em prover soluções e suporte à população das periferias, favelas, comunidades, ocupações. Sem falar nos trabalhadores que servem à "casa grande" mais diretamente, como trabalhadoras domésticas, cuidadoras, babás, motoristas, zeladores e porteiros de prédios, dentre outras funções desempenhadas. Ainda assim, o convite ao retorno agrava ainda mais o quadro. As condições de retorno implicam no deslocamento, acesso à transporte público sem possibilidade dos cuidados de distanciamento, sem garantia de reabertura segura de creches e escolas públicas ou privadas, que implica sobremaneira no retorno das mães às suas atividades profissionais. Além do risco do contágio no retorno às comunidades pós contato com número significativo de pessoas, seja no deslocamento ou no próprio ambiente de trabalho.

DITEFRON – Ágatha Félix, João Pedro, Guilherme Guedes. Estes são alguns dos nomes de crianças e adolescentes que tiveram a sua presença negra brutalmente gerida para a morte na cidade e, conseqüentemente, de suas coletividades. Como problematizar a produção do espaço urbano e a presença-ausência da população negra nessa dinâmica?

GABRIELA – O espaço urbano de nossas cidades está inserido na mesma lógica de violência e subjugação de determinadas vidas que incidem sobre nossa história social, política, econômica e cultural. Se por um lado o Estado é negligente na provisão de equipamentos, infraestruturas, soluções urbanas que viabilizem a vida digna na cidade, ele é muito ágil em promover políticas de morte. Como bem aponta a socióloga e ex-ouvidora da defensoria pública da Bahia, Vilma Reis, em sua dissertação de mestrado intitulada "Atucaiados pelo Estado", nos bairros populares estão naturalizadas as relações historicamente violentas entre o Estado e a população civil. Falando especificamente da polícia baiana (mas acho que podemos ampliar essa reflexão para além de uma análise regional), Vilma Reis, aponta

três elementos básicos articulados dessa violência: (1) o racismo institucional; (2) o filtro racial (que permite uma atuação policial de suspeição); (3) a cegueira racial escondida atrás do discurso "técnico" que respalda as violações de direitos contra a população negra forjada por argumentos como o fato desse segmento constituir a maioria da cidade (eximindo então a orientação deliberada de criminalizá-la). Tais políticas genocidas não são replicadas em bairros de maioria branca, por exemplo. Não há como se furtar de uma leitura que é territorialmente constituída a partir de premissas informadas pela racialidade e pela eleição de territórios nos quais se confere valor menor ou insignificante à determinadas vidas.

DITEFRON – Em recente artigo, você fala sobre a importância de refletir a cidade e seus marcadores raciais. Qual o potencial analítico desses marcadores sociais no debate do direito à cidade?

GABRIELA – Na minha opinião, não há direito à cidade que se realize apartado da luta antirracista. Negligenciar analiticamente a implicação da racialidade nas dinâmicas e processos que operam na cidade é ser conivente com os movimentos que nos trouxeram até aqui. A escravização como paradigma e o racismo como dispositivo, informam muito e ainda sobre as violências coloniais atualizadas pelo capitalismo e que são constituidoras da própria cidade. Uma consciência abolicionista é preciso emergir do campo dos estudos urbanos e não é viável que isso aconteça sem a construção de lentes analíticas que deem conta de abarcar o evento racial em sua complexidade e afetação nas estruturas urbanas.

V. ENTREVISTA com JOSELI MARIA SILVA¹¹

GEOGRAFIAS, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES

Roteiro, revisão e adaptação de *Fernando Guimarães*¹²

Joseli Maria Silva é doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente vincula aos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordena o Grupo de Estudos Territoriais. Desenvolveu pesquisa, em nível de pós-doutoramento, sobre a análise espacial acerca do gênero e a interpretação decolonial de gênero e sexualidades na perspectiva geográfica brasileira.

¹¹ Publicada originalmente na página eletrônica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 16/09/2020.

¹² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (UEMS/Paranaíba) às Coordenações dos Cursos de Geografia e Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Campus Jardim).

DITEFRON – É um grande prazer a oportunidade desse diálogo. O que a excepcionalidade do momento, a pandemia de COVID-19, traz para que pensemos as questões de gênero e sexualidade sob a perspectiva espacial?

JOSELI – Me sinto muito feliz em poder compartilhar conhecimento com vocês. Uma das vantagens do momento atual da COVID-19 é a de nos aprimorarmos no domínio de tecnologias que não eram familiares para nós e agora temos que sair da zona de conforto e aprender como utilizá-las e torná-las instrumento de luta, resistência e encontros como esse. Obrigada por me considerar para esta entrevista. Especificamente para a Geografia, a pandemia traz o desafio de pensar de forma mais plural os conceitos e métodos, trazendo elementos para além das perspectivas do capital. Falo 'além' porque mantenho a ideia de que o sistema capitalista é nossa realidade e precisamos compreendê-la e isso implica as relações de classe. Mas a complexidade envolve necessariamente abordar várias dimensões do poder capitalista, sendo a raça e o gênero dimensões importantes. O problema é que estas foram compreendidas como 'naturais' e por isso foram deixadas de lado, consideradas imutáveis. Contudo, essas características têm sido problematizadas evidenciando que o sistema capitalista depende fortemente da hierarquização humana. A partir da Geografia, somos provocados a pensar sobre a organização e a hierarquização de espaços e, portanto, há a concepção da escala como um conceito político de constituição de visibilidades. A Geografia, acostumada a trabalhar com base nas áreas de grandes dimensões, se depara hoje com a escala da casa e do corpo – já que a pandemia traz a necessidade do confinamento e, ao mesmo tempo, de controle dos fluidos corporais. Outro desafio a ser vencido é a concepção de dualidade entre os espaços público e privado. Hoje, as pessoas trabalham remotamente com horários flexíveis em casa. Isso já acontecia, mas a pandemia trouxe a necessidade do pensamento complexo porque essa dinâmica se tornou mais aparente, trazendo, inclusive, os conflitos na gestão do tempo e nas relações humanas. A simultaneidade de escalas é uma realidade que hoje é percebida com ênfase e isso é um desafio epistemológico que a Geografia passa a ter que responder. No mundo contemporâneo da pandemia, as análises duais e oposicionistas não constroem a compreensão da complexidade e é preciso criar imaginações geográficas que possibilitem outras abordagens. Quando Marcio Ornat e eu, escrevemos um texto que tratava 'o corpo como espaço geográfico', recebemos muitas críticas sobre a ideia de que o espaço só poderia ser concebido para além da exterioridade da pele e que o corpo não poderia ser um espaço, pois este é para além do sujeito. O mundo científico é um campo de debates e por isso confrontamos diferentes formas de ver a realidade. Nossas pesquisas dão conta de que sujeitos que sentem seu corpo como espaço são aqueles cuja significação social é de inferiorização e que o poder é infringido sobre ele. Então, o problema

é a concepção de sujeito. Há sujeitos que transcendem sua matéria corpórea, mal percebem seu corpo porque é um corpo normativo, aceito em qualquer lugar e geralmente coincide com os homens brancos heterossexuais, magros... Mas essa não é a realidade para todas as pessoas, há corporalidades que são interpretadas, lidas e vividas de modos diferentes e o corpo passa a ter um imenso peso na subjetivação das pessoas. Por exemplo, temos relatos de homens *gays* que sentem que têm que regular os seus corpos e gestos em determinados locais, notadamente, quando percebem ambientes homofóbicos. Seus corpos são, então, espaços de exercício de/para coibir determinadas performances e eles tentam 'se passar' por heterossexuais como mecanismo de proteção contra o risco de violência. Temos relatos de travestis que realizam transformações do corpo porque não se sentem identificadas com o gênero com o qual foram registradas ao nascer e fazem de seus corpos um campo de batalha permanente para conquista da imagem que as deixem confortáveis. Também orientei uma dissertação de mestrado que abordava a violência sexual contra mulheres. Nesta dissertação, Mayã Pólo de Campos registra mulheres dizendo que o seu 'espaço mais íntimo' tinha sido violado. Então, nós mantemos a ideia do corpo como espaço geográfico, mas isso não é um consenso. Penso que a pandemia da COVID-19 reanima esse debate na Geografia brasileira – refiro-me à Geografia brasileira pelo fato de que em outros contextos epistemológicos este é um ponto pacífico entre pesquisadores, o corpo é espaço geográfico.

DITEFRON – Em 2019, dados do IBGE indicaram que as mulheres dedicam cerca de 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Em tempos de isolamento social, as mulheres se sobrecarregam com o trabalho doméstico, demandas de cuidados. Muitas ainda estão expostas à precariedade e à violência como imperativo das relações de poder heteronormativas. Na perspectiva da crítica feminista, o que a pandemia escancarou?

JOSELI – A crítica feminista faz esse alerta há muito tempo e realmente uma grande vitória foi ter conseguido a inclusão do trabalho doméstico na categoria 'trabalho', porque antes esta atividade sequer era considerada trabalho por estar fora dos espaços de 'produção'. Agora podemos mensurar com mais efetividade aquilo que as feministas já falavam desde o século XIX: o trabalho feminino produz a mercadoria mais importante do sistema de capital que é a 'força de trabalho'. Na teoria marxista a 'força de trabalho' é uma mercadoria que cria mais valor do que ela contém e, é aí que reside a 'mais-valia' extraída pelo 'capital' que depois de circulada, transforma-se em lucro. A nossa sociedade fez as mulheres realizarem o trabalho de criar, sem nenhuma remuneração, as pessoas que contém força de

trabalho. Pior do que isso, criou a ideia de que era o correto e moralmente justo as mulheres serem pagas pelo seu trabalho com aquilo que chamamos de ‘amor’. Não é à toa que determinadas espacialidades foram invisibilizadas. Isto é uma estratégia de poder, pois não ‘debater’ a exploração do trabalho feminino é uma forma de mantê-lo como está, passível de ser explorado, considerado algo ‘natural’ das mulheres a dedicação ao cuidado do outro. Atualmente, há uma linha da Geografia preocupada com as práticas de cuidado, notadamente em países que estão renunciando à responsabilidade coletiva gerenciada pelo Estado na manutenção da vida humana. Quem cuida dos doentes, velhos e crianças são mulheres que trabalham de graça (“por amor”) ou recebem baixos salários como babás, cuidadoras... O cuidado com o outro, quando não é assumido coletivamente e suportado pelo Estado de bem-estar, acaba sendo desempenhado de forma exploratória pelas mulheres. Há campos, como o das Geografias das Emoções, por exemplo, que realizam estudos para entender o que faz com que as mulheres se sintam recompensadas emocionalmente pela exploração que sofrem. Aí estão os estudos críticos sobre o ‘amor’ e a politização das formas de amor e cuidado que estruturam a vida humana, gerando espaços geográficos. Outro dia, eu estava rindo muito com minha filha que disse: “mãe, orientação sexual definitivamente não é ‘opção’ porque se eu pudesse escolher, não me relacionaria com homens porque é muito difícil desconstruir o machismo que eles carregam.” Logo depois disso, li um texto da revista *‘International Society for Sexual Medicine’*, de 2014, com o título *‘Variation in Orgasm Occurrence by Sexual Orientation in a Sample of U.S. Singles’* [tradução livre: ‘Variação na ocorrência de orgasmo por orientação sexual em uma amostra de solteiros nos EUA’] e a conclusão dos autores é que as mulheres heterossexuais são as que menos obtém prazer sexual. Para que não haja dúvida da afirmação, vou colocar a citação aqui para que não pensem que é brincadeira: “A taxa média de orgasmo durante a atividade sexual com um parceiro familiar foi de 62,9% entre mulheres solteiras e 85,1% entre homens solteiros, o que foi significativamente diferente ($F_{1,2848} = 370, 6, P < 0,001, n_2 = 0,12$). Para os homens, a taxa média de ocorrência de orgasmo não variou de acordo com a orientação sexual: homens heterossexuais 85,5%, homens gays 84,7%, homens bissexuais 77,6% ($F_{2,1494} = 2,67, P = 0,07, n_2 = 0,004$). Para as mulheres, no entanto, a taxa média de ocorrência de orgasmo variou significativamente por orientação sexual: mulheres heterossexuais 61,6%, mulheres lésbicas 74,7%, bissexuais 58,0% ($F_{2,1350} = 10,95, P < 0,001, \eta^2 = 0,02$). As mulheres lésbicas tiveram uma probabilidade significativamente maior de orgasmo do que as mulheres heterossexuais ou bissexuais ($P < 0,05$)” (GARCIA; LLOYD; WALLEN; FISHER, 2014). Depois de ler este artigo, voltei a comentar com minha filha, em tom sarcástico, que nem mesmo nesse campo as mulheres heterossexuais que ‘deveriam’ ser pagas com

‘amor’ levam alguma vantagem. Parece uma brincadeira de minha parte, mas não é. A estrutura capitalista sobrevive em grande parte do trabalho não pago das mulheres. A maternagem e o cuidado com a vida implicam tempo para a realização das atividades para que a vida floresça, seja saudável e possa ser explorada pelo capital. Mas a constituição psicológica e social do ser feminino e os valores morais que moldam o que é certo ou errado faz com que as vidas das mulheres sejam invisibilizadas, não discutidas e concebidas como sendo ‘naturalmente’ assim. Além disso, a política do atual presidente, Jair Bolsonaro (sem partido), tem piorado muito a politização da condição feminina; bem como o crescimento da fé neopentecostal que prega a submissão das mulheres aos maridos como um valor importante na constituição da família. Enfim, a Geografia que tem uma forte prevalência do pensamento marxista, deve conceber a atividade feminina como trabalho explorado que está diretamente relacionada com a manutenção do sistema capitalista e patriarcal e trazer escalas como a casa, o corpo e o fazer das mulheres como importantes elementos a serem estudados.

DITEFRON – O formato de trabalho *homeoffice* foi alternativa para a manutenção de postos de trabalho e continuidade de prestação de serviços em meio a pandemia de COVID-19. No entanto, muitas mulheres de diferentes grupos precários não têm as mesmas condições de se proteger em relação à doença adotando essa alternativa. Elas precisam se expor ao risco para ter condições de garantir o seu sustento e de suas famílias. Como a leitura interseccional da realidade pode nos auxiliar na análise espacial desse fenômeno?

JOSELI – Nossa sociedade tem um luto seletivo, porque muitas pessoas não possuem o ‘status’ de humanas, no sentido trazido por Judith Butler em seu livro *Quadros de Guerra* (2017). Para ela, a sociedade cria distinções entre vidas que são valorizadas socialmente e vidas sem importância social. Por quais vidas a nossa sociedade é capaz de chorar e se comover ao ponto de lutar para encontrar saídas coletivas para o bem-estar geral? Penso que em uma sociedade profundamente colonizada, as vidas negras, indígenas e pobres são vidas que a nossa sociedade pensa que ‘podem’ ser desperdiçadas porque não fazem falta para o modelo social que foi implementado. Então, o risco do contágio é maior para estes grupos e a letalidade também. O Governo Federal assumiu não fazer a gestão da pandemia e sua posição é clara de que as vidas desperdiçadas dos mais vulneráveis não são aquelas que valem à pena serem preservadas. Os grupos privilegiados possuem recursos privados para o enfrentamento da doença, tais como: carro próprio, possibilidade de fazer o isolamento e planos de saúde. Para nossa sociedade colonizada, esse é o grupo que deve ser preservado, às custas dos que morrerão. Em

resumo, o que se percebe é que o presidente Bolsonaro está fazendo uma gestão seletiva da morte e não da vida. Cada pessoa que se torna um ponto de interseção de características sociais de vulnerabilidade, adquire uma posição de maior risco de morte porque fazem parte do grupo de vidas que não importam socialmente. A interseção é espacial porque a concentração de populações pobres e não brancas está em áreas de menor disponibilidade de recursos de saneamento básico, saúde, educação e qualidade habitacional.

DITEFRON – Nos dois primeiros meses deste ano, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) registrou um aumento de 90% do número de casos de assassinato de mulheres trans em comparação ao mesmo período de 2019. Foram geridas para a morte 38 vidas de mulheres trans. A pandemia afetou – e muito – as mulheres travestis e trabalhadoras sexuais. Como pensar a produção do espaço urbano em relação às vivências de mulheres travestis e transexuais?

JOSELI – A ANTRA é um órgão que tem feito o trabalho de estatística dos assassinatos que são invisibilizados até mesmo pelos órgãos de justiça, porque o registro da morte nem sempre respeita a identidade de gênero e o nome social adotado pelas pessoas trans. Uma análise mais apurada sobre o impacto da COVID-19 na população trans, eu não posso fazer porque não pesquisei sobre isso. O que eu posso socializar com você é o que acompanho das queixas de minhas amigas. O fato de travestis e transexuais constituírem um grupo extremamente precário, logicamente, o risco de contágio é maior. Especialmente porque o trabalho desempenhado por elas, majoritariamente a prestação de serviços sexuais, depende de maior contato físico. A procura pelos serviços delas diminuiu e isso trouxe impactos no rendimento econômico. Além disso, enquanto é mais fácil mobilizar a sociedade para ajudar crianças, por exemplo, é muito difícil fazer o mesmo para com as pessoas trans. A sociedade não se sente responsabilizada por essas vidas que foram colocadas em situação de precariedade, simplesmente porque não correspondem à ordem de gênero hegemônica. Nós somos responsáveis pelas vidas que desperdiçamos, mas essa consciência é difícil de desenvolver. O grupo possui outras vulnerabilidades que as colocam em grupo de aumento do risco de morte como é o caso do uso de silicone industrial, hormônios e outras doenças associadas às práticas de uma vida vulnerabilizada. No que diz respeito à produção do espaço urbano, elas resistem a uma cidade que só naturaliza sua presença em áreas de prostituição, mas não nos espaços escolares, de saúde, de justiça e religiosos. É a violência contra elas, imposta na mais tenra idade, muitas vezes pelos familiares, que as coloca na condição de interdição espacial. Mas a

interdição espacial, que é a regra, tem sido rompida pela luta e resistência. Hoje temos pessoas trans e travestis nas Universidades, o que é um imenso avanço para que elas possam ter mais força para reivindicar seus direitos de cidadania.

DITEFRON – Em recente artigo, publicado em parceria com Marcio Ornat, vocês apontam que um dos desafios das Geografias Feministas, produzidas a partir de espaços colonizados, é a confrontação. Qual o potencial analítico da decolonialidade no debate geográfico para a desconstrução de perspectivas colonizadoras?

JOSELI – A Universidade, como a conhecemos hoje, é uma instituição que nasceu na modernidade e, portanto, a forma como nós pensamos e operacionalizamos o conhecimento está fundamentada nesta estrutura da ciência objetiva, neutra e universal, cujo saber aparece como verdade a ser replicada em outros espaços. Nós, como seres produtores de conhecimento, temos imensa dificuldade de pensar fora dos esquemas interpretativos de conhecimento científico que apreendemos durante nossa formação. Isso é terrível! Estamos propagando uma forma de concepção de saber que potencializa o projeto colonial. Tenho pensado muito sobre isso e tenho visto uma expansão do tema da ‘decolonialidade’ que não está acompanhado de práticas de construção de saberes ‘decoloniais’ porque não se está mexendo no método da produção do saber. Há, no meu entender, uma grande diferença em introduzir o tema ‘decolonial’ e produzir conhecimento ‘decolonial’. Esse esforço de descolonizar nossas mentes não é fácil. É penoso e desgastante! Muitas vezes temos que criticar a nós mesmos, nossas produções teóricas passadas para construir um futuro diferente. Penso que a decolonialidade do saber é um projeto, uma utopia que devemos perseguir com todas as nossas forças, mas ainda praticamos um saber calcado na modernidade. As geografias feministas têm avançado muito na perspectiva do enfrentamento dos pressupostos da ciência moderna. A prática feminista de fazer ciência é justamente questionar os métodos e assumir que todo conhecimento é produzido de forma situada. Isso será um imenso passo para desconstruir a ideia de verdade universal. Nessa perspectiva, é possível pensar na pluralidade de saberes e nas trocas entre formas diferentes e parciais de pensar que possibilitam uma compreensão complexa da realidade. Contudo, mesmo a perspectiva feminista precisa caminhar no projeto decolonial e trazer para a discussão a hierarquização de saberes que são racializados tornados menos importantes, frente ao saber branco ocidental.

VI. ENTREVISTA com BICI NOS PLANOS DE CAMPO GRANDE¹³

MOBILIDADE ATIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Roteiro, revisão e adaptação de *Juliana Luquez*¹⁴

Em atividade desde 2016, BICI nos Planos Campo Grande atua na promoção e pela inclusão da bicicleta nas políticas públicas da cidade. O grupo é o primeiro e (ainda) o único coletivo oficial que representa os ciclistas de Mato Grosso do Sul. O coletivo é responsável por orientar a sociedade civil, gestores e técnicos municipais na inserção da bicicleta no planejamento na cidade como exigido pela Política Nacional de Mobilidade Urbana e pelo Programa Bicicleta Brasil. O objetivo é promover a bicicleta como modal de transporte, de inclusão social e de sustentabilidade, inserindo-a nos planos e políticas públicas de Campo Grande (MS), contribuindo assim, com o desenvolvimento da cultura ciclística na mobilidade urbana.

DITEFRON – Quais são as ações do coletivo na promoção do debate e na atuação junto aos órgãos de planejamento e execução de políticas de mobilidade ativa e sustentável em Campo Grande?

BICI – Estamos permanentemente buscando diálogos com órgãos responsáveis pela mobilidade urbana em Campo Grande e, sempre que solicitamos, temos sido recebidos pela Agência Municipal de Transporte e Trânsito (AGETTRAN). Esses diálogos visam contribuir em campanhas educativas, no planejamento urbano e em tomadas de decisões que atendam a necessidade das ciclistas e dos ciclistas que utilizam a bicicleta como meio de transporte. Além disso, acompanhamos audiências e consultas públicas que tenham a pauta da mobilidade urbana.

DITEFRON – Como o coletivo avalia a qualidade da infraestrutura cicloviária em Campo Grande, considerando tanto a estrutura fixa (como ciclovias, ciclofaixas, bicicletários, sinalização), quanto a formação cidadã para o trânsito (velocidade máxima dos veículos automotores, preferências de circulação) e o uso comum de vias de deslocamento?

BICI – Recentemente um integrante da nossa equipe, o geógrafo e cicloativista Guilherme Pires, realizou a pesquisa “Índice de Desenvolvimento Cicloviário -

¹³ Publicada originalmente na página eletrônica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 17/09/2020.

¹⁴ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG).

IDECiclo” que está disponível online. Para a realização do estudo, ele percorreu toda extensão de malha cicloviária da cidade. Segundo a pesquisa a “nota geral das infraestruturas cicloviárias da cidade ficou em 5,74. O que é preocupante, visto que quando as infraestruturas apresentam parâmetros de segurança defeituosos elas têm maior probabilidade de causar acidentes graves e desestimulam o seu uso pelos ciclistas, indo de encontro com seu principal objetivo que é garantir maior segurança aos seus utilizadores.” Ainda segundo a pesquisa, destaques positivos ficaram com as ciclovias da Av. Noroeste (Orla Morena), da Av. Fabio Zahran, da Av. Gury Marques, da Av. Duque de Caxias (Trecho aeroporto) e da rua Petrópolis, que tiveram nota geral acima de 7. Já os destaques negativos foram as ciclofaixas da Av. Cônsul Assaf Trad e da Av. Duque de Caxias (Trecho Indubrasil) de 5,22 km, que tiveram nota geral respectivamente de 2,26 (com extensão de 4,76 km) e 1,89 (com extensão de 5,22 km).

Juliana Luquez – Estamos em ano de eleições municipais¹⁵, se considerarmos a importância desse tema para a elaboração de políticas de mobilidade e iniciativas sustentáveis, o que vocês apontariam como mais urgente para tornar possível o transporte por meio de bicicletas, inclusive o transporte público, a partir da implantação de um sistema cicloviário coletivo, por exemplo?

BICI – O coletivo vai iniciar neste mês [de setembro] a Campanha Mobilidade Ativa nas Eleições. Esta campanha objetiva sensibilizar os candidatos, tanto à Prefeitura quanto à Câmara dos Vereadores, à inclusão de políticas públicas para uma cidade que seja segura e eficaz para pessoas que desejam se deslocar a pé, de bicicleta, cadeira de rodas ou qualquer meio de transporte que seja movido por força humana. Vemos como mais urgente a implementação emergencial de estrutura cicloviária que interligue a malha já existente, a manutenção das ciclovias avaliadas com nível de segurança muito baixo (segundo o IDECiclo), campanhas educativas voltadas à motoristas e uma política de acalmamento de vias, com redução de velocidade para automóveis. Todas essas ações conjuntas, melhoram a mobilidade em todos os modais sustentáveis e corroboram para desincentivar o uso de veículo automotor particular, que além de poluente, provoca engarrafamentos e aumenta a demanda nos setores da saúde devido aos índices de acidentes e os prejuízos do sedentarismo, por exemplo.

Juliana Luquez – Uma pesquisa da Universidade de São Paulo relacionou o nível de transmissão do novo coronavírus com o uso do transporte público na capital paulista, considerando três modais: ônibus, trem e metrô. O resultado apontou

¹⁵ Referíamos-nos ao processo eleitoral que ocorrera em novembro de 2020.

que os bairros periféricos tiveram altos índices de internação e que nessas regiões a maioria dos moradores depende desses modais para se locomover. Em Campo Grande, onde a oferta de transporte por modal é ainda menor, os riscos se tornam mais eminentes nesse contexto de pandemia. Como a mobilidade ativa pode contribuir para esse momento e para amenizar outros gargalos do transporte na cidade?

BICI – A maneira eficaz de prevenção à transmissão dentro do transporte de uso coletivo, não é diminuir a frota, pois isso faz com que os ônibus e terminais fiquem ainda mais cheios. Desta forma, a bicicleta está sendo a melhor alternativa encontrada para o deslocamento, principalmente, entre as periferias e centro da cidade. Alguns exemplos são as cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Bogotá, Paris etc. Por isso a interligação da estrutura cicloviária é emergencial. Quando falo em estrutura cicloviária, não é só a criação de novas ciclofaixas e ciclovias, é garantir que elas sejam iluminadas à noite, sombreadas durante o dia, que haja paraciclos ou bicicletários, onde a bicicleta possa ser guardada sem risco de ser furtada e que haja locais de apoio ao ciclista (borracharia e água, por exemplo). O Código de Trânsito Brasileiro dá o direito ao ciclista de pedalar nas vias urbanas assim como os carros, ou seja, a via deve ser compartilhada na ausência de uma estrutura cicloviária. Muitas pessoas desejam trocar o ônibus pela bicicleta, mas quando essa pessoa há muito tempo não pedala, não tem experiência como ciclista no trânsito e ainda tem a problemática da falta de respeito do motorista que acha que a via é de uso exclusivo dele, é muito provável que a pessoa continue se arriscando utilizando o transporte coletivo. Mas quando, ela sabe que na entrada do bairro dela, tem uma ciclovia, que oferece segurança que a leve até o centro da cidade ou que chegue muito próximo do seu local de trabalho, que quando sair dessa ciclovia poderá usar ruas mais calmas até chegar no trabalho, no supermercado, na farmácia, no banco, na feira, ela se sente convidada a realizar essa troca.

Juliana Luquez – Recente reportagem divulgou que durante a pandemia a compra de bicicletas aumentou, em média, 30%. Temos visto a aquisição do veículo aumentar. E sobre o monitoramento do seu uso? É possível falarmos em dados estatísticos sobre o uso desse modal em Campo Grande?

BICI – Os dados de venda de bicicleta não refletem verdadeiramente o aumento do uso dela como meio de transporte. Para comprovarmos o aumento de ciclistas urbanos, esses que usam para deslocamento cotidianos, com certa frequência semanal, é preciso realizar a contagem de ciclistas. A última contagem (bicicletas, carros e motocicletas) realizada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande foi realizada no ano de 2005 e contabilizou 32.764 ciclistas em 53 pontos. O coletivo

Bici nos Planos realizou, em 2019, uma contagem de ciclistas e somente na Avenida Professor Alexandre de Oliveira (Via Park), um trecho de 900 metros (entre a Avenida Afonso Pena e Antônio Maria Coelho), contabilizou 846 ciclistas. A realização dessa contagem é de extrema importância para o planejamento urbano em termos de mobilidade, pois traz dados de demanda e linhas de desejo dos ciclistas, evitando assim, ciclovias e ciclofaixas criadas em locais que não atendem a população, principalmente aquela que mora em bairros distantes do centro. Pretendemos dar continuidade a essa contagem e para isso necessitamos voluntários. Deixamos aqui nosso convite a todas as pessoas para compor nossa equipe. Não é necessário experiência, pois o coletivo oferece o treinamento. Basta se cadastrar no link <https://bicinosplanoscg.wordpress.com/seja-membro/>. Gostaríamos ainda de estender o convite aos interessados na temática da Mobilidade Urbana para participar do Bici Fórum Campo Grande, o primeiro fórum voltado ao debate sobre mobilidade e bicicleta na nossa capital, totalmente organizado pela sociedade civil. O Bici Fórum é 100% online e acontece todas às terças e quintas-feiras do mês de setembro, nas redes sociais do coletivo. A programação pode ser conferida no perfil do Instagram @Bicinosplanoscg ou no Facebook Bici nos Planos CG.

VII. ENTREVISTA com MARIA LEIDIANA MENDES¹⁶

FOME E PANDEMIA

Roteiro, revisão e adaptação de *Juliana Luquez*¹⁷

Maria Leidiana Mendes é bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), possui mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), com Estágio Sanduíche na Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne.

DITEFRON – No livro *Homens e Caranguejos* (1967), Josué de Castro, menciona a fome como sua mais terrível descoberta, relevando-se aos seus olhos "nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife (...)". Como você descobriu a fome?

MARIA LEIDIANA – O interesse em compreender as desigualdades e, posteriormente, a fome como sendo a maior expressão de desigualdades vem de muito

¹⁶ Publicada originalmente na página eletrônica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 18/09/2020.

¹⁷ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG).

cedo. Antes mesmo de conhecer o significado desta expressão, sempre chamou minha atenção o fato de algumas pessoas terem tanto e outras tão pouco. Ao ingressar no curso de Geografia, percebi que muito dessa inquietude poderia ser discutida a partir dessa disciplina que abracei para a vida. No que diz respeito a temática da fome, se apresentou no decorrer do meu amadurecimento pessoal e acadêmico, uma vez que, entendi que uma das formas mais cruéis de desigualdade se manifesta justamente quando é tolhido um direito básico de milhões de pessoas, o direito de alimentar-se. Para discutir o tema da fome foi primordial conhecer o processo de formação socioespacial do Brasil, para isso busquei autores que se debruçaram sobre as desigualdades existentes em nosso país desde a sua formação, especialmente, as contribuições de Josué de Castro como grande referência na discussão sobre a fome, que chegou a chamar o tema de tabu. Os estudos de Josué de Castro foram de substancial relevância para o entendimento dessa questão considerando os recortes realizados em minhas pesquisas.

DITEFRON – Na sua análise a fome não é só um fato, é também uma categoria. Comente essa abordagem que aparece em sua produção acadêmica.

MARIA LEIDIANA – Para entender as desigualdades existentes é necessário assimilar como se deu a formação da sociedade brasileira. Importantes autores, como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Otávio Ianni e Milton Santos, explicam a formação territorial, econômica e social do Brasil e suas análises mostram que esta foi desde sempre desigual e excludente. Assim, entendemos que os processos de manutenção da fome, que acomete muito brasileiros, ainda acontecem, sobretudo, por conta das heranças e continuidades socioespaciais dessa formação da nossa sociedade. A partir destas referências teóricas percebi que as injustiças, que entendemos como desigualdades, exemplificada na problemática da fome, vêm de tempos remotos. Parafraseando Caio Prado Júnior, as premissas do desenvolvimento brasileiro assentam-se em bases muito precárias, pois é no passado que devemos resgatar as informações necessárias para a proposição adequada e a solução acertada dos problemas atuais. O que é fome? Quem passa fome? Por que sofrem com a fome? Nada mais atual, infelizmente, do que o problema da fome que nesse momento delicado em que presenciamos uma pandemia escancarar feridas que não faz muito tempo que começavam a cicatrizar.

DITEFRON – Desde o início da pandemia gestores, empresários e a mídia chegaram a estabelecer uma relação entre o número de "mortes de CPF" com as "mortes de CNPJ", alegando que o fechamento do setor terciário poderia ser

a principal causa da morte de indivíduos vulneráveis devido a fome que lhes acometeria pelas perdas de postos de emprego, os quais esse setor é responsável. Você concorda com essa relação?

MARIA LEIDIANA – Me preocupa esse tipo de correlação. Acredito que essa comparação não pode e não deve ser feita, acredito que a principal causa de mortes é a falta de ações efetivas para frear o avanço do vírus no Brasil, sobretudo, naqueles mais pobres, que sofrem por não terem acesso a bens básicos para sua sobrevivência: comida, abrigo e saúde, para citar os mais elementares. Tais bens já lhes eram tolhidos antes mesmo da pandemia e se agravaram com o avanço da doença. O caminho escolhido pelos gestores, em sua maioria, ao invés de enfrentar o problema tem sido o de negar ou minimizar seus impactos. Claro que, no atual contexto econômico, o trabalho é necessário, e a iniciativa privada, em parte, cumpre esse papel de remunerar a força de trabalho e por isso a importância da recuperação das empresas, mas insisto na máxima que empresas e postos de trabalhos podem ser recuperados, enquanto que as vidas perdidas não. Cabe aqui ressaltar que em nossa pesquisa de doutorado buscamos avançar a partir de uma abordagem sobre o impacto causado pelos restaurantes populares enquanto política de alimentação, especificamente na cidade em São Paulo, a maior metrópole da América Latina e a mais atingida, em termos absolutos, pela pandemia. Para tal análise selecionamos o Programa Bom Prato, que é uma iniciativa do governo estadual paulista. A partir de pesquisas de campo verificamos sua aplicação e atendimento. A pesquisa pode ilustrar a importância de políticas para a alimentação, bem como o impacto na vida de pessoas que precisam deste acolhimento. O Bom Prato, originalmente, oferece ao usuário do programa café da manhã por R\$ 0,50 e almoço por R\$ 1,00, de segunda a sexta. Durante as observações feitas em campo foi possível identificar que a iniciativa atende usuários individuais e famílias, desempregados, trabalhadores da região que relataram que sem a opção do restaurante popular não teriam como se alimentar com a variedade e qualidade dos alimentos, pois o impacto da aquisição de alimentos diversos na renda familiar é grande. Estes depoimentos dizem muito sobre a importância desses equipamentos não somente para aqueles que não tem acesso a alimentação de qualidade, como aqueles que contam com salários, mas que não conseguem suprir todas as necessidades. Durante a pandemia, os restaurantes Bom Prato passaram a servir três refeições diárias, sete dias por semana, fato que para mim faz muito sentido, uma vez que, a necessidade de se alimentar não escolhe dia útil e, portanto, traz a seguinte reflexão: estas políticas podem ser implementadas e ampliadas fazendo com que mais pessoas tenham acesso, independente do momento de pandemia que estamos atravessando.

DITEFRON – Segundo um relatório da OXFAM, divulgado no início do mês de julho de 2020, a pandemia de COVID-19, aliada à falta de apoio do governo Jair Bolsonaro aos mais vulneráveis, estaria acelerando o crescimento da pobreza no Brasil. Isso já faria o país assumir o posto perverso de "epicentro emergente da fome extrema". Quais foram os avanços e os retrocessos no que se refere a fome no Brasil?

MARIA LEIDIANA – Para essa discussão é importante trazer à luz a constituição de algumas políticas para alimentação e nutrição ao longo da história recente do Brasil. Entre as décadas de 1930 e 1970, houve a implantação de algumas políticas compensatórias voltadas para a alimentação e nutrição no país. Este foi um momento de intensas transformações no país, dentre as quais: o crescimento e hegemonia do setor industrial brasileiro e a crescente demanda de força de trabalho para as indústrias. E é neste momento de crescimento industrial que é pensada a primeira política para alimentação e nutrição, seu principal objetivo era melhorar a alimentação, neste caso específico a do trabalhador da indústria. Em 1940, é criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e é também neste momento que são introduzidos os cursos de nutrólogos no Brasil - atualmente, são os cursos de Nutrição. Durante o governo de Getúlio Vargas são criados os primeiros restaurantes para os operários da indústria. Portanto, a ação do poder público, aqui exemplificado através da criação dos restaurantes populares, como "soluções" que iam surgindo de acordo com as necessidades correntes não foram pensadas levando em consideração o problema estrutural, que foi desde sempre, a questão das desigualdades e, conseqüentemente, a falta de alimentos para os trabalhadores e suas famílias. Durante o regime militar, o Brasil contou com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que vigorou entre 1972 e 1997 e tinha como objetivo ajudar o governo a formular uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que por sua vez funcionaria como um órgão central das atividades ligadas à alimentação e nutrição em território nacional. Mas somente no início da década de 1990 o tema da fome volta à pauta de discussões nos países; porém, com uma nova perspectiva, a da segurança alimentar e nutricional, que aconteceu um ano após a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 1993. Por muito tempo em certa medida o governo distribuía alimentos e outros benefícios, remediando temporariamente o problema. No governo Fernando Henrique Cardoso foi implementado o Programa Comunidade Solidária. Para alguns estudiosos, este programa constituiu-se, de fato, no principal referencial governamental das ações do governo federal voltadas para o enfrentamento das situações agudas de pobreza até aquele momento. Mas foi no início dos anos 2000 que importantes avanços no que diz respeito a políticas de combate à fome ganham o centro da discussão, emergindo com força na agen-

da política brasileira, com projetos que tinham objetivos claros e consideráveis. Creio que, de fato, é nesse momento que o tema ganha um enfrentamento como política social (e não só econômica), trazendo para o debate a questão do combate à pobreza. Em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, surge o Programa Fome Zero, sendo o próprio presidente um dos idealizadores. Posteriormente, o Fome Zero é incorporado pelo Programa Bolsa Família. Este visando suprir uma lacuna importante na agenda pública brasileira: a falta de uma política nacional de combate à fome. Mesmo com as críticas que temos (e são algumas!), ele foi de vital importância para gravar essa discussão como prioridade na gestão governamental. Infelizmente, muito do que constava em suas linhas originais não foi implementado e já se fala na sua substituição pelo Programa Renda Brasil, proposta do atual governo de Jair Bolsonaro... A partir da reconstituição das principais políticas implementadas no Brasil, desde a década de 1930, é possível dizer que, mesmo com um período de ditadura militar que deixou um hiato no que diz respeito a discussões sobre o tema, não vivemos um desmonte institucional como o atual. Entre as ações do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nos primeiros meses de seu governo foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), por exemplo. Não há dúvidas que o descaso do governo federal em diferentes frentes escancara as desigualdades existentes e retrocede em temas cruciais para a sobrevivência humana.

DITEFRON – No atual momento vemos que o destaque para o tema ficou circunscrito na atuação de entidades comunitárias, seja na distribuição de cestas básicas, bolsas em dinheiro para aquisição de alimentos ou mesmo na distribuição de quentinhas e marmitas. No âmbito da gestão pública, vimos algumas prefeituras e estados distribuírem cestas básicas para as famílias dos alunos da rede pública de ensino. Como você avalia as políticas de oferta de alimentação e combate à fome durante a pandemia?

MARIA LEIDIANA – Vejo com muita tristeza e preocupação esse retrocesso, avançamos lentamente na discussão e enfrentamento da questão para de forma ligeira retroceder. Como disse anteriormente, a fome é um problema estrutural e assim deve ser encarada e combatida. Não digo que não se deve pensar em resolver a fome no momento em que ela acontece, uma vez que, quem tem fome tem necessidade imediata de saciá-la. Saciar a fome vai além de dar a comida; se de um lado, é perceptível a degradação que esta impõe a quem sente e, portanto, deve ser resolvida de imediato; por outro, deve ser discutida em uma seara que se pense políticas que a combatam na sua essência. A distribuição de cestas básicas e comidas prontas para o consumo imediato, seja por parte dos governos, pessoas

da sociedade civil e organizações, é a solução imediata. É importante lembrar que o problema vai persistir se não for pensado com objetivos claros a longo prazo. Neste momento em que a imprensa traz diuturnamente informações sobre a pandemia e as questões que esta escancarou, temas ligados as desigualdades ganham visibilidade, mas tendem a arrefecer e se isso acontece a probabilidade de serem novamente setorizados e até abandonados é grande, o que provaria o retrocesso dos direitos constitucionais e coletivos.

VIII. ENTREVISTA com ALEXANDRE POLIZEL¹⁸

EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE E A LIBERDADE DE ENSINAR

Roteiro, revisão e adaptação de *Fernando Guimarães*¹⁹

Alexandre Polizel é licenciado em Ciências Biológicas (UEM), Filosofia (UNAR) e Pedagogia (UNAR). Especialista em Transtornos Globais do Desenvolvimento, TICs na Educação e Educação Profissional e Tecnológica. Doutorando e mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEL). Vinculado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), atua como líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Narrativas, Educações, Culturas e Ciências (UTFPR-LD) e coordena o Ciclo de Estudos em Crítica e Clínica da Cultura.

DITEFRON – É um grande prazer para nós do DITEFRON a oportunidade desse diálogo. O que a excepcionalidade do momento, a pandemia de COVID-19, traz para pensarmos as ameaças que afetam a educação pública?

ALEXANDRE – É com transborde de alegria e bons afetos que recebo o convite para dialogar com o DITEFRON. Este tipo de redes conectivas que estabelece o diálogo e reconhece que o Outro tem algo a compartilhar, é o que faz com que as Ciências e as Educações sejam tão potentes para diagnosticar e transformar a realidade. Acredito que estejamos vivendo um acontecimento, o que para pensadores com os quais comungo – como Michel Foucault, Bruno Latour e Friedrich Nietzsche – consiste em uma marca espaço-temporal onde nossos modos de significar-simbolizar são derivados. O que quero dizer com isso? Vivemos um momento no qual nenhuma possibilidade de olhar o porvir poderá ser a mesma

¹⁸ Publicada originalmente na página eletrônica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 08/12/2020.

¹⁹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (UEMS/Paranaíba) e às Coordenações dos Cursos de Geografia e Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Campus Jardim).

da perspectiva que tínhamos antes da pandemia de COVID-19. Isso é significativo, pois é uma resposta às próprias condições de existência, de percebermos que nossos modos de vida se tornaram insustentáveis. Creio que o que virá a partir daqui será diferente de qualquer possibilidade imaginada no passado. Conforme Déborah Danowisk e Eduardo Viveiros de Castro, o mundo como conhecíamos antes ruiu. Nesse sentido, estamos passando por um processo de mutação das condições de existência. Ao pensar qualquer transformação da existência, a educação é a primeira afetada. Vejam, a compreensão que possuo de educação diz respeito ao pensar os modos de aprender, ensinar ou compor conhecimentos-saberes sobre a realidade vigente. Construir uma noção de realidade, nesse sentido, envolve um processo pedagógico. Assim, somos colocados a repensar nossas relações e dinâmicas. Um exemplo: compartilhamos objetos e superfícies e eles podem estar contaminados pelo novo coronavírus; lembramos que, se possuímos condições básicas ou privilegiadas de interação social, como ir a um teatro, cinema, café ou escola, e que atualmente estes são possíveis espaços de contaminação, percebemos que nossos modos de vida nos trouxeram aqui, e não percebemos isso por uma suposta "superior razão humana", mas percebemos por uma Pedagogia Viral – como bem nos pontua Boaventura de Sousa Santos. Contudo, a produção de uma atmosfera de medo irracional na qual passamos a acreditar que a escola é um espaço de risco, creio que seja a primeira ameaça à educação pública. Mas outras ameaças pairam... Poderia demarcar ao menos três grandes ameaças que nos sondam. A primeira refere-se ao investimento na escola pública. O cenário pandêmico requer um deslocamento emergencial de recursos para o campo da saúde e segurança. Esquecem que a educação para a saúde e as medidas profiláticas que só são possíveis por meio de mudanças atitudinais, éticas, políticas, estéticas e de conhecimento, se devem a processos formativos-educativos. Esse deslocamento associado a declaração de estado de calamidade de municípios e unidades federativas, abre margens aos desvios de recurso dada a ausência de barreiras burocráticas nos processos licitatórios, leva a um esvaziamento dos recursos públicos. Tal fato se soma a falta de habilidade administrativa do atual Governo Federal, para quem medidas neoliberais de austeridade (reforma trabalhista, diminuição de regulamentações do mercado, reforma previdenciária, dentre outras que levam trabalhadores à informalidade) tem guinado as ações frente à crise econômica. Isso leva os atuais responsáveis pela administração pública justificarem a falta de recursos para educação pública, ampliando as iniciativas de precarização da estrutura social. O segundo movimento ameaçador se dá no que toca a própria percepção sobre os saberes. A pandemia emerge como uma atmosfera de ameaça por um agente invisível, gera uma crise sanitária associada a uma crise subjetiva. Há assim uma tentativa de simbolizar a crise, para

conseguir se situar no mundo. Aí reside a ameaça. Na sociedade da informação, busca-se multiplicar as falas sobre as possibilidades de origem e finalidade dos fenômenos. As tentativas são desesperadas, aceleradas e irresponsáveis, buscam agilidade para identificar os culpados e as resoluções. Surgem assim as teorias da conspiração, ressaltando que o vírus foi criado em um laboratório para promover a dominação mundial e desestabilizar o mercado; surgem tentativas desesperadas de indicar a cura por meio de medicamentos já desenvolvidos para outros fins: hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina, corticoides, vitaminas; surgem os negacionistas que desafiam as recomendações de controle sanitário e expõe o outro a riscos enquanto expõe a si mesmo. O cenário de tentativas de explicações rápidas, rasas, de pânico moral e autorais colocam em risco a educação pública, pois a educação pública de bases em saberes científicos, técnicos e pedagógicos requer uma atmosfera de diálogo e construção, o que precisa de tempo e a ausência de desejo de salvacionismo. Passa-se a impressão que toda a informação necessária encontra-se na *internet*, não sendo mais necessárias escolas, currículos, políticas públicas e docentes – a figura professoral atual é o influenciador e não o docente. Confunde-se a noção de informação com a de conhecimento, o conhecimento necessita de tempo, reflexão, experimentação, ensaios, métodos, ser exposto a validação de uma comunidade especializada, precisa de crivo. Esquece-se da função social da escola, enquanto espaço de trocas, discussões, contatos com as diversidades, saberes historicamente acumulados e até mesmo os processos disciplinares produzidos por esta, ou seja, esquece-se da escola enquanto um espaço de reconhecimento. Por fim, uma terceira ameaça a qual tenho demandado constantes investigações: a digitalização da escola. Esta talvez seja a maior ameaça, e a que mais nos sonda no atual momento, se dá em vários sentidos, intrinsecamente ligados à própria estrutura que possibilita os relacionamentos digitais. A justificativa tem sido dada na óptica de que a *internet* e os famosos Ensinos Remotos e Educações a Distância substituíram a escola. Justificativa que indica uma inocência ou má fé na interpretação dos fenômenos. Digo isso, há aspectos sociais, pedagógicos e econômicos atrelados a educação pública. Sociais, porque as redes sociais homogeneizam as relações, colocam o sujeito frente apenas ao que é igual a si, perdem as dinâmicas para com as diversidades características do espaço escolar; perde-se também os afetos e vínculos sociais profundos que requerem as trocas presencial-físico-materiais. Pedagógicos, uma vez que as redes digitais têm outra dinâmica de ensino e aprendizagem, acelerada, simplificada, de um bombardeio de luzes e semioses, da seleção de temas de interesse, deixando outros saberes de fora por mera conveniência. Há também uma problemática econômica, uma tentativa de encher salas de alunos para economizar com espaço e recurso humano, desregular, terceirizar e precarizar a profissão docente. Com a digitalização

diversas instituições privadas dispensaram seus professores (até mesmo por *pop ups*) e os substituíram por videoaulas compradas a preços "simbólicos"; instituições públicas não contratando docentes efetivos ou não renovando contratos de temporários, agentes educacionais terceirizados sendo dispensados e jogados ao desemprego ou informalidade; diminuição das possibilidades de educação para Inovação Tecnológica – ressalta-se que no Brasil este campo educacional é promovido em Escolas e Universidade Públicas. Outras ameaças existem à educação pública, mas acredito que estas sejam as mais intensas considerando o contexto.

DITEFRON – Em 2020, o UNICEF utilizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2017) para afirmar que 2,8 milhões de crianças e adolescentes estão excluídos das escolas e vivem outras privações e precariedades. Com a pandemia, muitas escolas têm adotado o formato de Ensino Remoto Emergencial (ERE) para dar conta, provisoriamente, objetivando manter os vínculos e as relações de ensino e aprendizagens. O que o uso desse formato, no contexto pandêmico, evidenciou sobre as estruturas socioeducacionais?

ALEXANDRE – A pandemia e o desejo de aceleração do tempo modificaram as condições materiais das relações. Trata-se de um evento que refletiu em duas situações significativas. Uma delas foi devolver os sujeitos para o interior de suas casas, pressionando-os às dinâmicas residenciais e, inicialmente, proporcionando um tempo para o encontro com a interioridade, iniciando uma gama de problemáticas aos que vivem em condições de privações e precariedades: a superlotação do espaço físico doméstico, desemprego, fome, violência doméstica, depressão, busca de responsáveis pelas precarizações que se fazem presentes. Esse cenário do espaço privado, da falta de recursos e da violência inscritos nele são o primeiro golpe nas possibilidades de vínculos afetivo-pedagógicos e de ensino e aprendizagem. A segunda situação refletida pelo momento pandêmico é provocada por uma soma do desejo de soluções rápidas com o desespero: os Ensinos Remotos Emergenciais (ERE). Estamos diante de um modelo de ensino e aprendizagem que por si só denuncia as falhas e seus pressupostos neoliberais. O conceito de remoto expressa um ensino que ocorre distante no espaço-tempo que deveria acontecer, evidenciando que as condições são distintas daquelas dos Ensinos-Educações pensados até antes da pandemia. É emergencial, porque se situa num momento crítico diante de uma situação perigosa, logo as preocupações voltam-se para "o que leva ao ERE?" ao invés voltarem-se para "como melhorar as condições de ensino e aprendizagem?". O debate acerca dos pontos anteriores nos leva a um cenário que não foi planejado, amplamente debatido, com consultas a especialistas, com reflexões acerca das questões: "O que ensinar? Como ensinar? Por que

ensinar? Para que ensinar? Como Avaliar?". O emergencial tem sido uma proposta de ensino que não se sabe sua gênese e sequer sua finalidade. Na filosofia e nos estudos culturais gostamos de pontuar que os conceitos forjam as realidades, as palavras e suas organizações semântico-léxicas nos guiam o modo de interpretar e conceber o mundo. Nesse caso, o ERE é representado por colocar o Ensino no campo do remoto e da emergência: um formato de Educação para a emergência e em situações de emergências é difícil pensar e considerar as singularidades. É necessário assim retomar e compreender que a Educação se encontra intrinsecamente ligada ao modelo de sociedade que buscamos e queremos. Uma educação de improvisos é uma educação pensada para um regime de normatividade de uma camada mediana. Assim, ao me perguntar o que a situação pandêmica evidencia sobre as estruturas socioeducacionais, pontuaria ao menos quatro grandes impactos da emergência. 1) Para alguns não evidencia nada, o que quero dizer com isso? Há um seguimento da população que vê o ERE como funcional, útil, mesmo que não o ideal – alheia aos que não possuem as mesmas condições socioeconômicas. 2) Alguns agrupamentos de inspirações neoliberais veem nesse cenário a oportunidade para a transformação de estruturas socioeducacionais, eliminando drasticamente o número de professores, investindo na gravação de aulas e em uma educação mecânico-transmissiva, dinamitando o espaço escolar em nome de um ciberespaço mais barato, o evidencia a tentativa de desmonte da estrutura socioeducativa fundada sob o olhar da educação pública, gratuita e de qualidade. 3) Há aqueles que são atingidos pelo problema, não só pela falta de acesso a *hardwares* e *softwares* necessários para participar do ERE, como também pelo impacto social da recessão econômica que leva menores a atuar em trabalhos informais e abandonar os estudos, motivando a crença de que isso faz parte da sociedade vigente, da competição e do suposto 'mérito'. E 4) Há uma parcela da sociedade que se sente responsável por identificar os problemas socioeducacionais atrelados à desigualdade social, os denunciam, analisam, apresentam proposições e buscam transformar o cenário, como é o caso de professores-educadores-pesquisadores, ONGs e coletivos sociais, mas são constantemente atacados e até negligenciados. A pandemia escancara um regime de desmonte da educação pública por meio da relação entre desigualdade social e exclusão social-escolar, mas nos diz também de sujeitos éticos que buscam transformação destas estruturas socioeducacionais. Estes expõem as vísceras de uma educação assombrada pelo neoliberalismo, pela barbárie.

DITEFRON – Afirmar o uso de ferramentas tecnológicas na educação básica tem aberto precedentes de maior exclusão educacional, principalmente, se a análise se sobrepuser a respeito do direito à educação. Sem informação científica

reflexiva, os saberes podem ser manipulados para o tratamento superficial da realidade. Trata-se de um cenário que reforça projetos societários ultraneoliberais e ultraconservadores. Nesse sentido, como a formação humana crítica dos/das estudantes pode ser afetada?

ALEXANDRE – Há uma relação inversamente proporcional entre a formação crítico-reflexiva e os projetos societários ultraneoliberais e ultraconservadores; todavia, há uma relação de proporcionalidade direta entre superficialidade da realidade e pensamento neoliberal-ultraconservador. Isso nos auxilia significativamente na compreensão do cenário. Antes da pandemia, já tínhamos características que nos guinavam a um projeto ultraliberal. Gosto de pontuar isso em cinco eixos. Há uma dimensão do campo da informação característica de nossa organização social que está em meio a um bombardeio de notícias, mensagens de texto, imagens, vídeos... Nunca tivemos tanto acesso à informação! Parte dessas informações, no entanto, são falseadas, financiadas com o intuito de fundar algo como verdade, conspiratórias e negacionistas. Elas expõem problemas significativos, pois o excesso de informação nos leva a uma dificuldade do seu processamento, reflexão e compartilhamento. Assim, seguimentos da população que possuem alto poder econômico – a quem interessa uma sociedade pautada na propriedade e no lucro –, financiam modos de pensar superficiais e/ou imediatistas. O cenário de crises coloca o sujeito a procurar ou não compreensões sobre o que está acontecendo, sendo lançado em meio a um mar de informações falaciosas, conspiratórias ou "impulsionadas" para criar uma noção financiada do comum. Há uma dimensão no campo da inteligência coletiva ocasionado pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Faço empréstimo deste conceito do pensador Pierre Levy, que acreditava que as redes sociais auxiliariam os sujeitos a compreenderem-se enquanto produtores de saberes. Nesse sentido, os ultraconservadores veem-se como legitimados a proliferar preconceitos, racismo, LGBTfobia, machismos, fundamentalismo e intolerância religiosa. As bases do pensamento crítico-reflexivo compreendem a análise dos modos de pensar que ferem o Outro enquanto ser, humano, diverso, enquanto saberes superficiais. O cenário pandêmico – e a crise – leva então os sujeitos a buscarem culpados, elencar uma base moral que evitaria o problema e, ter mais tempo disponível *de front* a um dispositivo para replicar suas fobias nas redes, amplia também o contato de sujeitos em formação com tais informações. Uma das problemáticas é a da sociedade conectada, ou seja, os novos modos de se relacionar mediados por redes sociais. O cenário pandêmico joga os sujeitos de volta à interioridade, a residência, ao lar; convida os sujeitos a manterem um distanciamento social, o que intensifica as relações *online*. Essas relações não se dão por proximidade físico-espacial, etária, de sexualidade-classe-etnia, são dadas por concepções de mundo muito bem calculadas por algoritmos que

criam bolhas. Os sujeitos passam a se relacionar apenas com o seu igual, com um outro-Eu. Esse é um ponto complexo, é aquilo que chamei de "Pedagogia do Eu". O cenário pandêmico intensificou essas relações de rede, essa relação de/com Eu. Nisso reside um grande problema, porque para uma formação crítico-reflexiva é necessário o Outro, o diferente, a antítese, o que coloca as certezas em posição de desconfiança. O efeito disso são os fenômenos de autoverdade, quando só se encontra verdade validando o que "Eu disse que é!", ou porque o "outro-Eu disse que é!". A problemática se alastra, tornando-se um acontecimento recorrente, raso e investido em moeda política. Esse fenômeno de superficialidade tem bases no pensar neoliberal (o Eu valida a verdade por sua liberdade e sua propriedade) e ultraconservador (a validação da verdade para conservar as concepções do próprio Eu). Outro modo de pensar a sociedade vigente é como pós-moral, posição postulada por Gilles Lipovetsky em sua obra "Crepúsculo do Dever". O pensador percebe que vivemos um tempo em que a ética tradicional pautada no dever, no coletivo e na responsabilidade ruiu. Passamos então a um outro primado, o do neoliberalismo. O pensar neoliberal pressupõe uma ética hedonista baseada no binômio liberdade-propriedade. Nesse sentido, há uma preocupação em manter a propriedade para liberdade (uma sociedade da herança!). Portanto, a moral não se verte na noção de retenção-acumulação, garantindo assim sua liberdade. Essa é a união com o ultraconservadorismo. Este une-se com o neoliberalismo na defesa do lucro-acumulação, recebendo em troca o investimento para preservar seus modos de vida enquanto moral-propriedade. Veja que há projetos como Escola sem Partido, "Anti-Ideologia de Gênero" e em Defesa da Liberdade de Consciência, que se colocam em defender a propriedade-moral e moral-propriedade dos pais sobre os filhos. Tal aspecto estrangula a possibilidade de uma educação crítico-reflexiva. Uma quinta problemática que percebo é o que verte a noção de Sociedade do Espetáculo. Creio que para além da ideia da transformação do capital em imagem e do Eu que busca mostrar-se espetacularmente para capturar o olhar do Outro, a capitalização de *views* ou reconhecimento via ser percebido, a sociedade do espetáculo nos diz algo mais: é desejo positivo e afirmativo de se expor. Isso leva a um reforço de uma sociedade de vigilância, a uma autoexploração do sujeito para ser percebido, desejo de autenticidade-diferença e a validação da verdade pela formação de clãs virtuais. Isso é realmente perigoso, pois as percepções de mundo e de verdade são validadas pelo próprio clã. O clã comporta-se com intuito de ultraconservar sua verdade, suas percepções, seus valores, mesmo que isso custe o colocar-se em evidência e ter sua imagem à venda. Para chamar atenção e manter-se nos palcos *in lives*, os sujeitos buscam ser autênticos, falar o que o Outro não fala. Esse cenário dá substrato às teorias da conspiração que passam a aparecer com frequência significativa. A conspiração é contrária a edu-

cação crítico-reflexiva, ela tem uma estrutura de suposição, de negação do Outro, de não diálogo, da hierarquização de saberes (se consideram mais sábios, pois "percebem" a conspiração) e de interdições. Creio que essas operações expressam características e sintomas de nossas ações-organizações sociais e tem nos levados ao esgotamento da crítico-reflexão.

DITEFRON – Na atualidade, escancararam-se os discursos de ódio a diferentes grupos (mulheres, gays, travestis, negros/as, chineses, etc.). Muitos desses discursos proferidos, inclusive, de forma recreativa. Em ocasião da publicação do artigo Percepções do movimento escola sem partido: currículos pastorais e o professor como catequista, na Revista Amazônida, você afirmou que o trabalho do/a professor/a está sofrendo ataques dado um cenário de esvaziamento da sua prática crítica. A prática do ensinar numa perspectiva democrática pode auxiliar o/a docente no uso de práticas e saberes que subvertam a ofensiva ultraconservadora?

ALEXANDRE – Creio que temos aqui um ponto nevrálgico que tenho me dedicado a estudar desde quando estava na minha primeira graduação. Gosto de pontuar que sou um pensador das negatividades, gosto de diagnosticar os adoecimentos – e talvez isso tenha me levado a Fredrich Nietzsche. É difícil responder à esta pergunta... Proponho algumas paradas. A primeira parada compreende que há uma historicidade das percepções sobre o mundo-realidade, bem como uma produção de quadros simbólicos compartilhados. Quero dizer que há uma produção das feminilidades, masculinidades, identidades sexuais, regionais, étnico-raciais, de classe etc. Quando pesamos e enunciamos, entre nós, mulheres, LGBTs, negritudes, orientalidades estamos pensando já em modos simbólicos de compreender os sujeitos atravessados por um discurso ocidental predominante. Quando tratamos tais agrupamentos como minoritários estamos potencializando a noção do "Outro menor", mesmo que a realidade seja diferente: no Brasil, mulheres apresentam 51,8% da população, 51% da população se autodeclara negra ou parda, por exemplo. Quero dizer que as identidades minoritárias já eram mantidas à margem, à minoridade, por alguma força segregativa. Sigmund Freud e Erich Fromm classificam essa força segregativa como destrutiva, agressiva, repulsiva, disruptiva, uma pulsão de morte. Nesse sentido, o ódio a esses seguimentos da população já vigorava. Chegamos, então, na segunda parada. Se há pulsão de morte (segregativa em termos sociais) e há uma historicidade das identificações-representações, o que leva a manutenção dessa ordenação social pelo ódio-morte-necrofilia? Creio que Friedrich Nietzsche nos auxilia a compreender melhor, ao passo que pontua que as vontades-desejos dos sujeitos são agenciadas. Há algo nas minhas relações conec-

tivas que convidam, agenciam, maquinam minha vontade-desejo a se expressar de tal modo. A moralidade, nesse sentido, com sua base estruturante no ressentimento (para com o Outro), na má consciência (para consigo quando não segue a moral) e no ideal ascético (a verdade-ideal que deve ser seguida e arquiteta a moralidade), é o que convida as vontades-desejos ao ódio para com os sujeitos minoritários. A moral vigente-dominante faz com que os Outros sejam vistos como imorais. O núcleo familiar 'tradicional judaico-cristão' se encarrega de transferir a pretensa moralidade a sua prole, que fará o mesmo com seus descendentes. O problema amplificou-se com a extensão dos movimentos neopentecostais, que se pautam nas Teologias da Dominação e da Prosperidade. Esse movimento neopentecostal ganha força no final do século XIX e início do século XXI, convidando os "cristãos" a se unirem a um Exército e combaterem o Outro imoral. O ultraconservadorismo propõe que aquela moral que ficava na "privacidade do lar" torna-se pública e ativa, busque a conversão – juntamente a negação, exclusão e eliminação. Aqui passamos a perceber mais o ódio e a violência movidos de forma LGBTfóbica, racista, machista, xenofóbica, misógina. O ódio também invade a escola e "a conversão" deve se dar em todos os espaços possíveis. Estamos na terceira parada: os modos como podemos compreender a chegada das Políticas de Ódio às educações e aos espaços escolares. Acredito que para além da "neopentecostalização da educação e dos valores" há mais dois fenômenos importantes a se mencionar. O primeiro se refere aos avanços significativos das lutas do movimento feminista, movimento campesino, movimento LGBT, movimento negro, movimento indígena, entre outros, levando tais sujeitos a conquistarem-ocuparem espaços de poder, negociarem políticas públicas e produzirem micro-revoluções sociais. Esse acontecimento coloca os ultraconservadores em risco, o que justifica a exposição a público, buscando converter aliados para que não percam mais a estrutura que os mantinham em privilégio. E o segundo é a compreensão de uma estrutura ideológica das relações sociais, ou seja, dos valores que nos trouxeram até aqui, destaco o Capitalismo, o Colonialismo, o Racionalismo e o Patriarcado; sistemas estes que se baseiam em explorações-expropriações e hierarquizações para manterem-se vigentes e oferecem em troca a promessa de um mundo ordenado, em progresso, um paraíso. Acontece que essas estruturas de valores nos trouxeram até aqui em meio a crises (políticas, ambientais, econômicas, sociais, subjetivas) e uma das bases reacionaristas é tentar frear o que coloca em evidência essas incoerências dos sistemas de valores. As educações críticas fazem isso, apresentam as incoerências, então o ódio volta-se a operar sobre os temas discutidos pelas educações críticas: os gêneros, as sexualidades, as classes, as etnias, as raças. Vemos pulsar as tentativas de ódio para calar esses corpos-perceptos que se colocam a falar. As Políticas de Ódio para com as Educações Críticas não param por aí. O ódio se capilariza pelo neopente-

costalismo educacional, neoliberalização da educação, ultraconservadorismo do educar e busca uma aliança dos exércitos da alma com os exércitos dos corpos via militarização das escolas. O cenário é complexo e quando digo complexo, me refiro às múltiplas linhas de força-entendimento que nos deixam em um território no qual é difícil compreender "O que podemos?". De tudo isso, vejo que o cenário envolve uma dialética das forças e que isso seja uma resposta: aos avanços de políticas públicas, a democratização dos espaços, as reinterpretações das dinâmicas de poder. Permita-me exemplificar. Tenho estudado há alguns anos o movimento Escola sem Partido (EsP), que surgiu em 2004, mas quase ninguém ouviu falar até meados de 2014. O que ocorreu? Para além da aliança do EsP com entidades de mercado-neoliberais e o pacto com movimentos neopentecostais/neocarismáticos, houve votações dos Planos Nacionais de Educação. Ou seja, a oportunidade de uniões da equipe do EsP-neoliberais-neofundamentalistas deu-se a partir da pauta educacional. Isso quer dizer duas coisas: uma mais óbvia, que há uma disputa pelas pautas educacionais; a outra é que essas movimentações se dão em resposta as reformas educacionais pós-1996. As reformas pós Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei 9.394/96, ampliaram a noção de educação pública, gratuita e de qualidade, buscaram aprimorar a formação de professores via reformulações nos cursos de Licenciatura, elaboraram as áreas de ensino para aperfeiçoar pesquisas na área de Educação-Ensino e instauraram a noção de uma educação democrática, das trocas, dos diálogos, da transformação. Esse cenário levou à formação crítica-reflexiva dos sujeitos e os efeitos só foram sentidos após 2010, com estudantes que criticavam-dialogavam não apenas com professores, mas também com pais, responsáveis, lideranças de bairros e até líderes religiosos. Tudo isso no mesmo momento histórico em que se ampliaram as políticas públicas para o bem-estar social, acessos a bens de consumos e disputas pelos espaços de poder pelos diversos grupos sociais. O que quero dizer, a partir desse exemplo, é que as perspectivas democráticas nos trouxeram também essas reações-reacionárias, que buscam frear as transformações sociais.

DITEFRON – No seu artigo você defende que as ameaças conservadoras contidas no Escola sem Partido (EsP) são moralmente tendenciosas e inconstitucionais. Faz parte de projeto de governança que pode ser explícito ou implícito, gerando diferentes formas de se enfrentar os fascismos que atingem a educação. No que a compreensão crítica desse processo, pode contribuir para o engajamento docente na luta em defesa de escolas públicas democráticas?

ALEXANDRE – Há algum tempo, me coloco a compreender as disputas pelos processos de curricularização. Procuo estudar as negociações-disputas sociais

pelos delineamentos do que será ou não considerado formativo. A meu ver, o EsP representa o aglutinamento das frentes neoconservativas diante das disputas pelas elaborações curriculares. Reconheço como currículo conservativo aquele que busca conservar valores e, obviamente, ressalto a importância de se conservar valores, como o diálogo, as trocas, o compor-com característico das educações crítico-reflexivas. No entanto, há uma diferença quando pensamos os neoconservadorismos ou ultraconservadorismos. Eles não buscam conservar valores-estruturas que consideram essenciais ao coletivo, eles buscam retornar a um passado que fantasiam o que era melhor – seja por um luto mal vivido seja por reconhecer que "naqueles tempos" possuíam mais privilégios ou melhores condições para seus modos de existência. O neoconservadorismo também busca abrir caminhos para outras possibilidades que os favorecerão no futuro, em um cenário distinto, veja o caso da aliança do movimento Escola sem Partido com as Bancadas Evangélicas e de Frente Cristã Parlamentar. Estes perceberam que para se instalar-instaurar seria preciso que a comunidade desejasse este tipo de "programa social", de regresso ao passado e de uma abertura ao futuro (neoliberal, ultraconservador e neopentecostal). Estes compreendem que os avanços da educação democrática e as políticas públicas vigentes não permitiram tal regresso e, sobretudo, a privatização-conversão da escola, ou seja, os representantes do EsP se deparariam com problemas de inconstitucionalidade. Nesse sentido, buscam criar uma atmosfera para que possam se desenvolver (i) a desconfiança dos saberes historicamente acumulados via negacionismo das ciências e acusação destas enquanto ideológicas; (ii) o medo dos professores, pesquisadores e educadores, buscando criar uma noção de que esses são doutrinadores e perturbadores da ordem; (iii) incitação de pais/mães ou responsáveis a agirem como uma milícia da moral, pois seus filhos-propriedades poderiam ser deturpados, violados, traídos; (iv) o retorno a uma noção dos filhos-propriedades, levados a inocência, passividades, ingenuidade e predisposição ao pecado-imoralidade de pensar diferente da moral-propriedade/propriedade-moral paterna. A disputa é por criar uma noção que o projeto tem uma ânsia moral urgente, bem como tem constitucionalidade ancorada nos direitos privados, no caso do EsP, a proposta é fazer virar projeto de lei e o argumento baseia-se no Pacto de San José da Costa Rica, no artigo 12º, sobre a liberdade de religião e de consciência de acordo com os pais ou tutores. Citam uma base de direito de primeira geração, no âmbito do privado, da propriedade e da religiosidade e esquecem (ou ignoram) o fato da existência do Pacto de São Salvador, que define a educação pública no âmbito da família, do estado e da sociedade, um Direito Humano de segunda geração. A ideia é apelar para a moral antes dos Direitos Humanos, ao invés de pensar os Direitos Humanos como balizadores da moral. O que esse fenômeno nos diz? Que a compreensão

da Educação Pública vem atrelada a uma noção de ética, de valores em construção – ao contrário da moral, com seus valores estáticos-fixantes. Compreender a demanda moral do EsP é compreender qual moral este demanda, se é inclusiva ou excludente, transformadora ou neoconservativa. É importante estarmos atentos às legislações, visto que em tempos de sociedade de informação-desinformação, é fácil que se esqueçam documentos oficiais e Pactos de Direitos Humanos para validarem seus "programas sociais". Por fim, é urgente compreender essa dinâmica e sua relação com os regimes de verdades, como buscam tracionar as noções de ciência, currículo, formação, escola, educação. É neste limiar que a compreensão crítica pode contribuir para o engajamento docente na luta em defesa de escolas públicas democráticas, pois é na diagnose que a crítica se inicia.